

TI & governo

anuário 2012

OS **20** PROJETOS VENCEDORES DO
PRÊMIO TI & GOVERNO

COMO SUPERAR O DESAFIO DA PADRONIZAÇÃO
A DEMANDA CRESCE E ANIMA AS EMPRESAS
O GUIA DOS FORNECEDORES PARA O SETOR PÚBLICO

índice

8 | governança

a padronização é o grande desafio

18 | mercado

as empresas se animam com a demanda

27 | critérios da premiação

como é feita a avaliação dos projetos

28 | projetos premiados

os 20 melhores projetos de governo eletrônico

51 | guia de fornecedores

empresas que fornecem soluções para governo

anúário
**TI &
governo**
2012

diretor de redação: Wilson Moherdau

colaboradores: Ana Luiza Mahlmeister,
Inaldo Cristoni e Vanderlei Campos
(textos); Marcelo Max (capa e edição
gráfica); Denise Danelli (coordenação
do Prêmio TI & Governo)

diretor comercial: Marcio Valente

diretoras de publicidade: Silvia Meurer
e Sonia Lopes

O Anuário TI & Governo é uma
publicação anual da



Rua Santa Justina, 352, cj 16
Vila Olímpia – CEP 04545-041
São Paulo – SP
Brasil
www.forumeditorial.com.br

Não é permitida a reprodução total ou
parcial do conteúdo deste Anuário sem
a autorização da Fórum Editorial

jornalista responsável: Wilson
Moherdau (MT 10.821)

impressão: Gráfica Cocktail

Padronização: um desafio a ser superado.

Mesmo com estruturas verticalizadas e autossuficientes, as organizações de TI dos diversos poderes e instâncias do setor público têm representado a sustentação de avanços importantes na qualidade de vida, no combate à corrupção e na defesa dos interesses da sociedade. Mas a diversidade de arquiteturas é um obstáculo a ser superado.

Pelas estimativas globais da consultoria IDC, no estudo Tendências de Adoção de Tecnologia no Governo, em 2012 o mercado mundial de TIC vai movimentar US\$ 3,6 trilhões — os EUA participarão com US\$ 925 bilhões; a China com US\$ 307 bilhões; e o Brasil com US\$ 170 bilhões. “A IDC vê a possibilidade de o Brasil ter crescimento (do mercado de TIC) acima da China até 2015”, diz o diretor de pesquisa e consultoria da IDC, Roberto Gutierrez. Para ele, outros diferenciais do Brasil incluem o fato de ser o segundo maior PIB dos BRICS; a base de celulares e PCs; e maior proporção TI/PIB entre os BRICS, de 2,2% no Brasil, contra 1,9% na China: “Até 2015, o Brasil supera Reino Unido e Alemanha e será 4º mercado mundial de TIC”.

No mercado interno, a IDC estima que 65% dos investimentos em TI ocorram no Sudeste; 13% no Centro-Oeste, 12% no Sul, e 8% no Nordeste, e identifica um crescimento de 12% no Centro-Oeste e Nordeste.

No segmento de hardware, os equipamentos de rede são o foco nas instituições públicas, o que reflete preocupação com infraestrutura, na avaliação do consultor. Ainda assim, os equipamentos de datacenter, rede e terminais representam 45% dos investimentos nas organizações estaduais e 36% nas federais. “No geral, a maior proporção de investimento em software e serviços no governo federal reflete maturidade (das organizações de TI)”, diz.

Outro bom indicador revelado pelo estudo — feito a partir de pesquisa com 150 instituições estaduais, federais e de economia mista, no final

de 2011, e apresentado durante o Fórum TI & Governo 2012, da Fórum Editorial —, é o peso de custeio e do investimento nos orçamentos de TI, uma média de 56% e 44%, respectivamente, nas organizações federais; e de 49% e 51% nas estaduais. “Fiquei surpreso porque qualquer empresa quer essa correlação”, observa.

Entre os principais objetivos estratégicos destacados pelos 150 executivos e gestores, primeiro vem eficiência em serviços, em segundo eficiência em processos terceiro redução de custos. “Os profissionais olham de fora e de dentro da organização. Nas instituições estaduais, há ênfase na eficiência em serviços (prioridade para 51%), até porque ficam mais próximas à população”, avalia Roberto.

Como motivos de gastos em TI, a eficiência da infraestrutura é apontada por 51% na amostragem estadual e 53% na federal. Outra meta comum é flexibilizar a infraestrutura e reduzir custos de operações de tecnologia. “Os gestores de TI priorizam governança; é isso que querem dizer quando falam em infraestrutura flexível. Outra grande questão é a padronização nos sistemas de software. No setor público as arquiteturas são muito heterogêneas”, diz o consultor.

Em software, a pesquisa destaca sofisticação das soluções de segurança. A maior parte dos investimentos ainda é destinada a funções básicas, mas se vê cada vez mais investimentos em soluções como autenticação forte e controle de dados.

Entre os 150 entrevistados, 25 disseram que conheciam algum “ERP para governo”. Ainda

Roberto, da IDC:
 "No setor público, a computação em nuvem não pegou ainda. Há muita preocupação com segurança, latência e com as questões regulatórias".



divulgação

assim, quando usados, a adoção fica restrita aos módulos genéricos de back office.

O estudo da IDC confirma que o desenvolvimento interno ainda predomina, em 80% das organizações federais, 58% das estaduais, e 40% das empresas de economia mista. Para essa atividade, 18% das federais e 22% das estaduais recorrem à terceirização. "A atividade mais terceirizada é o desenvolvimento de aplicações e o governo deve aumentar as contratações", prevê Roberto.

Mudanças inevitáveis

Na seção O Setor Público e a Nova Plataforma de TI, o estudo da IDC analisa as tendências em quatro grandes pilares: banda larga móvel; big data e analytics; cloud services; e social business.

Entre os 20% que têm iniciativas de computação em nuvem, 13% usam aplicações em nuvem pública e 7% em nuvem privada. "Na nuvem pública, por enquanto rodam serviços simples como e-mail. Os sistemas mais críticos vão demorar a migrar", diz Roberto: "No setor público, a computação em nuvem não pegou ainda. Há muita preocupação com segurança, latência e com as questões regulatórias".

A adoção massiva de soluções de virtualização seria um facilitador da jornada à nuvem. No entanto, as instituições têm uma média de 2,2% de datacenters próprios. Parte da resistência à nuvem no

setor público se deve à própria infraestrutura de que dispõem, e cuja depreciação demora mais um tempo.

Todos os participantes da pesquisa disseram planejar investimentos em big data, mas ainda há pouca adoção de ferramentas de BI no governo. Ainda não se vê também investimento expressivo no setor público em smartphones e dispositivos móveis, o que deve ocorrer em algum tempo.

Conforme dados gerais da IDC, mais da metade das empresas no Brasil utiliza redes sociais corporativamente. "Mas são projetos institucionais, com pouca geração de valor. Em governo, não há grandes mudanças quando a instituição entra na rede social", avalia o consultor.

O modelo tecnológico e comercial que tende a predominar no mercado de governo é a manutenção do desenvolvimento dos sistemas core, com a adoção de pacotes para o back office e a aquisição dos sistemas periféricos como serviço.

No novo contexto, Roberto avalia que se somam às atribuições do gestor de TI homologar dispositivos dos funcionários; direcionar o Big Data, porque a área de TI determina como usar essa informação no negócio; definir políticas de segurança e governança; criar app store corporativa; e indicar aplicações em nuvem.

O Detran-SP aposta na transparência

Uma série de novos serviços e aplicações transforma o relacionamento dos contribuintes com o Detran, de São Paulo, ao mesmo tempo em que novos sistemas de workflow dão mais agilidade e transparência nos processos com as entidades envolvidas, como médicos e autoescolas. Esses são os eixos do projeto executado pela Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo). Junto aos ganhos operacionais e econômicos



**Marcos Tadeu,
da Prodesp:**

“O governo de São Paulo deu uma dinâmica diferente ao Detran, que além de fiscalizador passa a exercer um papel de educador e gestor”.

(tanto para o estado quanto para o cidadão) inerentes às iniciativas de governo eletrônico, a informação clara e acessível é um duro golpe nos “facilitadores” que assediam os motoristas.

“O governo de São Paulo deu uma dinâmica diferente ao Detran, que além de fiscalizador passa a exercer um papel de educador e gestor”, define Marcos Tadeu Yazaki, diretor de desenvolvimento de sistemas da Prodesp. A mudança se evidencia com a vinculação do órgão à Secretaria de Planejamento. O secretário Júlio Semeghini convocou o sociólogo Daniel Annenberg, criador do Poupatempo, para o que classifica de “desarmar a bomba”.

“O Detran sempre foi conhecido como algo relacionado a muitos procedimentos presenciais e difíceis. Mas o motorista via que a seguradora tinha todos os seus dados seus e os do seu veículo, que ele mesmo não conseguia obter”, reconhece Marcos Tadeu: “Outro dia, fui demonstrar o portal e alguém constatou que tinha multas porque vendeu o carro e não fez a transferência para o novo proprietário. Ele viu e resolveu, sem precisar de despachante”.

Ele explica que a estratégia do portal é sustentada em três pilares: habilitação, veículos e contratos com entidades. “Com as entidades, fizemos um contrato de adesão – se a entidade aceita, assina digitalmente”, diz. Para habilitação,

foi criado um workflow que começa pelo próprio cidadão fazendo seu pré-cadastro: “É semelhante ao processo de emissão do passaporte. O candidato pode agendar. Antes ele ficava na fila esperando saber quem faz o serviço. No modelo antigo, em cada ponto o cidadão tinha que fazer um cadastro. Hoje, pedimos apenas o CPF e autenticamos pela impressão digital”.

“Houve uma mudança de paradigma. O jovem ficava 12 meses com permissão provisória e a autoescola cobrava taxa para a CNH (carteira nacional de habilitação) definitiva. Agora, o Detran manda correspondência, parabeniza pelo ano sem infrações e o motorista, se quiser, paga a taxa e recebe a carteira de motorista em casa. Ele não vai mais ao Detran; é o Detran que vai à casa dele”, diz o diretor da Prodesp.

O público atendido pelo portal inclui mais de 20 milhões de condutores, 2 mil médicos e 2 mil psicólogos. “Tudo é feito com soluções web, que só requerem uma boa conexão e o certificado digital”, explica Marcos Tadeu.

Ele lembra que a Prodesp precisa ser competitiva dentro do próprio mercado de contratações do estado: “Os órgãos podem contratar a Prodesp sem licitação, mas também podem contratar outros. Nós até perdemos mercado: tínhamos 70% da administração pública e hoje temos 53%. Por isso, temos ido ao cliente, com um trabalho grande de proximidade e execução”.

Interface única entre o governo e a população

Por mais que os órgãos disponibilizem seus serviços na Internet, achar aquele que atende a determinada demanda do cidadão requer conhecer o organograma do estado e ter alguma paciência na navegação pelos sites de cada

órgão. Para possibilitar um acesso eficaz aos serviços públicos, a ATI-PE (Agência Estadual de Tecnologia da Informação do Governo de Pernambuco) desenvolveu o Expresso Cidadão Virtual, um portal que unifica a apresentação e a busca de assuntos de interesse mais amplo.

“O objetivo é que o governo se apresente ao cidadão como entidade única. Antes, para tirar a carteira de identidade, ele tinha que saber que essa é uma atribuição da Secretaria de Defesa Social. Queremos que o cidadão ache facilmente aquilo de que precisa no portal. Investimos muito em usabilidade. Definimos perfis e aí apontamos os serviços mais acessados na página principal, que também tem links diretos para os assuntos de maior interesse”, diz Joaquim Fernandes da Costa Junior, diretor-presidente da ATI-PE.

“O Portal do Cidadão não é uma ideia nova e tínhamos referências importantes, como a de São Paulo”, reconhece. O conteúdo do Expresso Cidadão Virtual é de responsabilidade de cada órgão e entidade estadual, que se encarrega de atualizar com as informações e dados referentes à sua área de atuação. “A grande dificuldade que tivemos na implantação foi o cadastramento. A Secretaria de Administração ficou responsável, mas ainda há alguma dificuldade

de cadastrar, colocar vídeos e fotos”, revela.

O modesto investimento no desenvolvimento do Expresso Cidadão Virtual, de R\$ 150 mil até o primeiro semestre de 2012, surpreende. Apesar do valor baixo, segundo Joaquim o projeto teve forte terceirização das atividades de programação: “Definimos que nossos profissionais de desenvolvimento ficam cada vez mais em especificação e gestão. Temos ata de registro com ponto de função”. Ele informa que cada ponto de função (uma unidade de medida de valor em software) tem custado pouco mais de R\$ 200,00: “O desenvolvimento dos componentes não toma muito tempo, a maior dificuldade é a compatibilidade com os sistemas operacionais. Ou seja, o problema não é a tecnologia, mas a produção de conteúdo”. Ele informa que a ATI vai gerar uma ata de registro de preços para geração de conteúdo: “Cada secretaria pode contratar texto, foto, etc. Acreditamos que isso vai ser positivo”.

O portal de convergência dos serviços do governo de Pernambuco usa o nome do Expresso Cidadão, um centro de atendimento no modelo do Poupatempo em São Paulo. Embora cada secretaria defina os serviços totalmente online ou semipresenciais, há facilidades comuns a todas as aplicações, como associação do cadastro de unidades públicas no Google Maps. A aplicação para dispositivos móveis, já disponível em sistema operacional Android, usa conceitos de realidade aumentada e a contextualiza, caso o GPS esteja habilitado, fornecendo a indicação de endereços de hospitais, delegacias e outros postos de serviços aos cidadãos.

Joaquim Costa esclarece que a ATI-PE não restringe o portal aos órgãos estaduais. O Expresso Cidadão Virtual inclui dados disponibilizados por setor privado, como informações turísticas ou de interesse para atividade empresarial no estado. “Se municípios nos procuram com informações relevantes, podemos também liberar uma senha para o administrador cadastrar seus serviços”, diz ele.



**Joaquim,
da ATI-PE:**
“Queremos que o cidadão ache facilmente aquilo de que precisa no portal. Investimos muito em usabilidade”.

e.Duc

Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

O Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da G&P foi desenvolvido para atender as necessidades de gestão de organizações privadas de educação, Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, suas redes de escolas e sua comunidade acadêmica, integrando a rede de ensino, visando a gestão de todos os seus componentes e a transformação dos procedimentos relacionados à educação em processos eficientes, ágeis, seguros e econômicos. Desta forma, possibilitamos aos gestores da rede, diretores de escolas, professores, responsáveis por alunos e coordenadores, o acesso a informações de seu interesse, de qualquer computador ligado a internet, conectando assim, alunos, docentes, dirigentes e pais de alunos em uma mesma base íntegra de dados.

Principais funcionalidades

- Gerenciamento de Alunos e Unidades de Ensino
- Diário on line
- Plataforma de Ensino à Distância
- Portal Educação
- Hotsite Alunos
- Hotsite Pais



Conheça mais sobre nossos serviços!

Grade automática de horários: Algoritmo com inteligência artificial para alocação automática da grade horária visando o melhor custo x benefício para a distribuição de aulas, conforme as disponibilidades de horários dos educadores e obrigatoriedade da grade curricular.

Fórmulas de cálculo: Parametrização completa das fórmulas de cálculo para lançamento de notas e fechamento de médias.

Sorteio de vagas: Algoritmo randômico para sorteio de vagas integrado aos parâmetros de controle de vagas.



Tecnologia da Informação é o nosso DNA

www.gpnet.com.br

Matriz: São Paulo

Filiais: Brasília / Rio de Janeiro / Fortaleza / Pederneiras

Tel.: 11 3889-6363

Nossos Parceiros



Fica mais fácil localizar conteúdo no Diário Oficial

Primeira indústria instalada no Brasil, em 1808, a Imprensa Nacional aparece frequentemente no Guinness Book, como editora do diário com maior número de páginas no mundo. Atualmente, a edição impressa do Diário Oficial tem 10 mil páginas e a versão online tem em média 2,5 milhões de páginas acessadas diariamente, número que já chegou a 8 milhões em momentos de pico. Para viabilizar a procura em um conteúdo de cerca de 10 milhões de páginas digitalizadas, a Imprensa Nacional implementou funções de busca por correspondência fonética.

“Com as sucessivas mudanças na ortografia, quem digita *farmácia*, por exemplo, não chegaria a conteúdo antigo, indexado por *pharmacia*. Ou então, o cidadão que não sabe escrever determinada palavra, principalmente estrangeirismos, não encontra o que precisa”, exemplifica Marcus Vinícius Vilela, coordenador de TI da Imprensa Nacional.

O sistema de indexação adotado pela Imprensa Nacional é baseado em um código Java, derivado de aplicação semelhante desenvolvida no Incor, da USP. “Nenhum jornal do mundo tem esse tipo de pesquisa. Mas acho que deveria ser um padrão, porque ninguém sabe escrever tudo com exatidão, principalmente o cidadão mais humilde”, diz Marcus Vinícius.

No processo de digitalização, foi viável utilizar OCR (reconhecimento óptico de caracteres, que transforma o impresso em arquivo de texto) e implementar mecanismos de busca nas edições a partir de janeiro de 1990. “Mesmo antes da editoração digital (que já gera um conteúdo genuinamente eletrônico), havia edições em microfilme. No caso em que só temos o papel, digitalizamos a imagem, mas não conseguimos fazer a indexação do conteúdo”, esclarece.

Além do Diário Oficial, a Imprensa Nacional é responsável pela publicação do Diário de Justiça, que apareceu no Guinness Book devido a uma edição de 2,5 mil páginas, no início do século. Depois

disso, em 2003, houve outra edição de 5,7 mil páginas. A digitalização do legado envolveu um volume de cerca de 10 milhões de páginas de jornal.

Marcus Vinícius lembra que um passo importante para racionalizar a publicidade de atos públicos foi a adequação da regulação, em 2006, que autorizou os tribunais a publicar eletronicamente, com uso do certificado digital ICP-Br.

Uma questão ainda pendente, que não afeta o projeto, é relativa à guarda dos originais físicos. “Migramos para mídia eletrônica e ficamos com aquele acervo. Estamos conversando com a Biblioteca Nacional para resolver a questão da temporalidade. Até agora não sabemos”, reconhece.

Com a oferta do serviço online, e a dependência da sociedade do acesso ao conteúdo, o provisionamento da infraestrutura e o gerenciamento tornam-se mais críticos. “No papel a tarefa era só entregar o jornal. Agora tem que ter disponibilidade constante. Temos um custo alto e um estresse permanente para manter o serviço com mais de 99,9% de disponibilidade, com apenas sete horas por ano de inatividade”, diz ele.

Além do alto volume de acesso, o serviço online provocou reações violentas de algumas empresas que intermediavam a publicação de informações institucionais e que, por falta de valor agregado em seus serviços, perderam a receita fácil. “Quando fomos para a Internet, tivemos várias tentativas de ataques para derrubar o site”, lembra Marcus Vinícius.



Marcus Vinícius, da Imprensa Nacional:

“Quando fomos para a Internet, tivemos várias tentativas de ataques para derrubar o site”.

ESPECIALISTAS NO FLUXO DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO GOVERNAMENTAL



Soluções de gestão ágeis, com informações em tempo real e regras de negócios claras, passíveis de mudanças pelos usuários e forma rápida. Qualquer que seja a necessidade de seu órgão, a MAGNASISTEMAS oferece flexibilidade, serviços personalizados e a segurança para obter o melhor custo x benefício sem abrir mão da qualidade.

A MAGNASISTEMAS possui o mais alto nível de parceira com as principais empresas do mercado mundial de tecnologia, permitindo a otimização do seu negócio com colaboração tecnológica, cessão de conhecimentos e a integração das melhores práticas para criação, desenvolvimento, manutenção e gestão de produtos e serviços.

Trabalhamos com soluções de governo a mais de quinze anos e implantamos soluções que atendem milhões de usuários.



A informação a serviço do seu negócio

www.magnasistemas.com.br
Tel: 55 11 3069-2112

O setor público é um terreno fértil para os negócios dos fornecedores de soluções de TI. O governo, nos três níveis – federal, estadual e municipal –, tem se revelado um grande comprador de produtos e serviços nos últimos anos, garantindo fatias importantes do faturamento das empresas. Não foi diferente no exercício passado e a tendência é de que a demanda continue bastante aquecida em 2013, tanto que os players já se ocupam em desenhar novas estratégias de atendimento para explorar ainda mais as oportunidades de negócios que serão geradas.

Trata-se de uma área realmente estratégica para grande parte das empresas do setor. Para se ter uma ideia do seu potencial de negócios, estimativas da IDC Brasil indicam que o setor público, na média, tem acompanhado o crescimento do mercado brasileiro de TI, cujas taxas de evolução oscilam ao redor de 11% ao ano. Outro sinal de que os investimentos do governo em TI continuarão em alta é o gap tecnológico existente nessa área em relação ao setor privado. No Brasil, como de resto nos demais países emergentes, a defasagem em relação a outras indústrias (setor privado) é muito maior do que o gap que existe entre governo e setor privado nas economias desenvolvidas, explica Roberto Gutierrez, diretor de pesquisa e consultoria industry insights, da IDC Brasil: “Em geral, o setor público de países emergentes é mais atrasado do que as outras indústrias. Isso tem a ver com a forma como o governo compra tecnologia e com a disponibilidade de recursos”. O comentário é uma referência aos entraves burocráticos que caracterizam o processo de compra na esfera pública. Segundo o analista, os diretores de TI do setor público sempre reclamam das amarras da legislação, que dificultam a contratação de produtos e serviços de TI.

Consumidor imaturo

No jargão da área de TI, esse gap a que o analista da IDC Brasil se refere significa imaturidade, um termo muito utilizado pelos players do mercado para aferir o quanto determinado cliente ou segmento consome de tecnologia. Assim, o setor público brasileiro é considerado mais imaturo em relação a outras indústrias do que o setor público de outros países desenvolvidos. Embora o nível de maturidade seja relativamente

uniforme nas três esferas da administração pública brasileira, Roberto diz que é possível identificar pequenas diferenças de adoção tecnológica também entre os três níveis de governo. Na média, diz ele, as instituições federais são consideradas mais avançadas no uso da tecnologia do que as estaduais e municipais.

Basicamente, três diretrizes influenciam as decisões relacionadas ao desenvolvimento de projetos de TI e, conseqüentemente, os investimentos realizados, independentemente do estágio de maturidade de cada uma das esferas de governo. Pela ordem de importância, ele cita a busca pela eficiência dos processos internos, a melhoria do atendimento ao cidadão e a redução dos custos. Entretanto, ele faz um parêntese para explicar que se refere apenas às iniciativas tocadas no âmbito da administração pública direta, o que exclui empresas públicas cujos processos decisórios e poder de investimentos são comparados aos de outras empresas privadas, do mesmo ramo de negócio. Exemplos dessa distinção são o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, analisados no âmbito da vertical financeira. O mesmo vale para a Petrobras, que, para efeitos de análise, pertence ao setor de óleo e gás.

Feita a ressalva, Roberto diz que a prioridade dos investimentos do setor público continua sendo a melhoria de infraestrutura tecnológica, que contempla três pilares: hardware para processamento e armazenamento de dados – ou seja, servidores e soluções de storage; dispositivos de conectividade (redes), como roteadores e switches; software de gerenciamento de rede e de segurança: “O caminho natural é, primeiro, investir em infraestrutura, capacitando a arquitetura de hardware, para depois investir em soluções mais sofisticadas de software e serviços. O governo ainda não completou a primeira etapa”.

A melhoria da infraestrutura é considerada indispensável para o governo suportar as chamadas novas plataformas, outro termo adotado pelos players do mercado para designar a computação em nuvem, o big data, a consumeirização e as redes sociais. Na avaliação de Roberto Gutierrez, “essas quatro forças, juntas, estão mudando radicalmente a forma pela qual as empresas compram tecnologias e como as pessoas as consomem”. No setor público, porém, a implementação delas não avançou justamente porque as atenções estão voltadas para

fazer com que a infraestrutura atinja um mínimo de aceitabilidade de desempenho. “Se você não tem a casa arrumada, é muito difícil partir para a adoção de qualquer solução sofisticada”, resume o analista da IDC Brasil.

Cada uma dessas tendências impõe desafios de grandes proporções para implementação no âmbito do governo. No caso da computação em nuvem, por exemplo, ele diz que o mercado ainda tem dúvidas em relação a esse modelo. É verdade que muitas empresas privadas já começaram ou manifestaram o desejo de migrar as suas aplicações para um ambiente em nuvem, mas outras têm restrições porque ainda querem entender como funciona, quais são as vantagens e desvantagens e em quais circunstâncias esse modelo deve ou não ser adotado. “No governo, esse tema ainda é pouco explorado e uma das razões é que existem dúvidas sobre como se aplicam as regras, leis e normas. A nuvem é um tipo de plataforma sobre a qual não se havia pensado tempos atrás, quando foram formuladas as leis. Então, fica a dúvida: será que um órgão público brasileiro pode hospedar as suas aplicações em um provedor que tem datacenter em outro país? Tem gente que acha que sim, tem gente que não. O fato é que isso não está claro”, afirma.

Ele acredita que, enquanto as dúvidas não forem devidamente esclarecidas, o governo dificilmente irá se ariscar a fazer contratações no modelo de computação em nuvem. A menos, claro, que a opção seja por um modelo de nuvem privada, como já acontece nos Estados Unidos e em alguns outros países. Segundo ele, esse é um caminho possível, porém, complexo e caro.

As dúvidas existem também em relação às redes sociais. De uma maneira geral, as empresas, sejam elas públicas ou privadas, ainda não compreenderam bem como é possível usufruir dos benefícios que esse ambiente proporciona. Sobre big data, que requer capacidade de armazenar, interpretar e dar sentido a quantidades enormes de informação, com qualidade e velocidade, Roberto Gutierrez diz que o desafio de adoção também é grande porque muitos órgãos têm soluções arcaicas de armazenamento e gestão de dados. Finalmente, a consumeirização, que está atrelada à mobilidade, só se justifica em situações nas quais existe uma força de trabalho de campo bastante atuante.

Modernização X burocracia

O mercado de governo é bastante peculiar. Apresenta grande demanda por modernização tecnológica, com ênfase não apenas na melhoria do atendimento aos cidadãos, mas também dos processos internos (backoffice). Ao mesmo tempo, se depara com as limitações impostas por trâmites burocráticos que muitas vezes retardam decisões de investimentos. As empresas que têm negócios na área já estão acostumadas. A Oracle, por exemplo, tem se posicionado para prover soluções de ponta a ponta para suprir as demandas latentes do setor, abrangendo desde aplicativos até software voltados para a infraestrutura.

Em 2012, os projetos desenvolvidos na área representaram uma importante fonte de receita da empresa, informa Gustavo Rabelo, vice-presidente para o setor público, que não revela a participação dessa vertical nos negócios totais da companhia. Para manter a cobertura nas três esferas de governo em todo o país, a estratégia adotada contempla um trabalho conjunto entre uma equipe de dez profissionais internos e a rede de parceiros comerciais. “O modelo de relacionamento na venda é indireto, mas o nosso time faz toda a parte de projeção tecnológica e divulgação de ofertas”, conta, acrescentando que a Oracle tem investido na especialização do seu ecossistema de business partner.

Uma das abordagens da Oracle na oferta de soluções tecnológicas para o setor público mira o conceito de Cidades Inteligentes, que começa a ganhar força no Brasil. A companhia desenvolveu uma plataforma modular para explorar as oportunidades nessa seara e vem concentrando esforços nos municípios de pequeno e médio portes. “Esse é um mercado que não existia uns três ou quatro anos atrás e, hoje, as cidades com cerca de 500 mil habitantes já têm uma demanda absurda por novas tecnologias, para melhoria de seus processos”, afirma Gustavo.

O crescimento da demanda por soluções da SAP Brasil fez com que os negócios da companhia na área de governo crescessem três vezes em 2012. A expectativa, porém, era de uma expansão ainda maior, que não aconteceu por falta de pessoal para atendimento. Prova disso é que a companhia mais do que dobrou a equipe comercial este ano, de seis para 13 executivos de vendas. Além disso, conta

com a participação do canal indireto. Segundo Cesar Nobre, gerente de desenvolvimento de negócios para o setor público, em 2013 a vertical negócios deverá ser a maior fonte de receita da SAP no mercado brasileiro, atrás apenas da área financeira.

A SAP tem ofertas que se acomodam em cinco pilares estratégicos: aplicações, sistemas analíticos, computação em nuvem, database technology e mobilidade. A sua operação foca, também, soluções para aplicações em finanças e tributos, que auxiliam na gestão de arrecadação, combate à fraude, desperdício e mau uso de recursos públicos. “Outro segmento em que atuamos é o SAP Urban Management, que permite a gestão de todos os serviços públicos oferecidos aos cidadãos de um município. De uma base de dados são extraídas informações que podem ser usadas para criar indicadores de performances, que o prefeito pode monitorar através de um tablet”, explica Cesar.

No ano passado, a empresa desenvolveu dois grandes projetos de implantação de ERP nas esferas federal e estadual e assinou contrato de computação em nuvem para um estado que vai sediar jogos da Copa do Mundo. O objetivo é prestar um serviço de atendimento de alto padrão não apenas aos cidadãos, mas também aos turistas. Ele diz que se trata do primeiro contrato do gênero firmado pela companhia na área pública na América Latina. O executivo revela que o software de ERP contém módulos que suportam o novo padrão de contabilidade pública, o Ipsi (sigla em inglês de Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público), que já está em vigor e deve ser um dos grandes impulsionadores de negócios na área de governo.

A Symantec venceu algumas licitações públicas e tem projetos relacionados à disponibilidade e segurança da informação em andamento em vários órgãos da administração pública, como Receita Federal, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Ministério da Educação (MEC), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Apesar disso, a receita proveniente de contratos com o governo, que em 2011 havia sido de 18%, não cresceu. “No planejamento do nosso ano fiscal, que começa em abril, vamos promover mudanças para ser mais agressivos e conseguir um resultado

melhor”, informa Vicente Lima, diretor geral da companhia, acrescentando que a meta é ter 25% dos negócios gerados na área de governo.

O executivo adianta que quer fortalecer a estratégia de regionalização e segmentação da operação. A empresa pretende abrir mais um escritório regional e ampliar a estrutura dos outros sete escritórios que estão ativos. Além da instância federal, segundo ele, a ordem é ampliar os negócios nos níveis estadual e municipal, com o apoio dos parceiros comerciais e da unidade dedicada ao segmento de pequenos e médios clientes: “Temos que continuar investindo nos parceiros porque não vejo uma mudança de modelo para atender a esfera municipal”.

Fundada em 1983 e com um portfólio de ofertas que inclui soluções para controle e gestão de sistemas operacionais, base de dados e aplicações, gestão de ativos e contatos de garantia, salas de comando, interface de acompanhamento online, notificação de eventos e tratamento de incidentes, a Spread tem no setor de governo a fonte de 25% de suas vendas. Apesar do impacto negativo decorrente do cenário econômico mundial, que fez 2012 ficar pouco abaixo do desempenho registrado no exercício anterior, a empresa terminou o ano passado com ligeiro crescimento nos negócios devido a medidas de otimização de custos e ampliação do portfólio de soluções.

De acordo com Cassius Buda, CEO da Spread, investimentos foram feitos em treinamento de pessoal, infraestrutura física, equipamentos e disponibilidade de estoques que geraram valores por volta de R\$ 20 milhões. Entre os projetos no setor público no ano passado, o executivo cita a atuação com field support em segurança pública, desenvolvimento de software para bancos federais, implantação de ferramentas de videoconferência e de GED (gerenciamento eletrônico de documentos) em prefeituras e de soluções de voz sobre IP (VoIP) em vários ministérios.

A estratégia para 2013 é concentrar esforços na oferta de soluções diferenciadas, completas e integradas para atingir a meta de crescimento de 15% nos negócios na área de governo em relação a 2012. “A Spread teve um resultado de venda dentro do esperado no ano que passou e prevemos que novas oportunidades surgirão com as demandas geradas pela Copa do Mundo, Olimpíadas e projetos

governamentais na área de infraestrutura, educação, saúde e segurança”, diz Cassius.

O impulso da banda larga

A execução do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) foi um dos fatores que contribuíram positivamente para os negócios da Level 3 Technologies na área de governo, no ano passado. A empresa atua como fornecedora de soluções de TI e de telecomunicações que abrangem acesso à Internet, serviços de hosting em datacenter no modelo de computação em nuvem, serviços de telefonia baseado nas tecnologias TDM e IP, além de serviços de outsourcing de gestão de IP-PBX, soluções de colaboração, videoconferência e web meeting.

A necessidade do governo de contratar banda para viabilizar a expansão da infraestrutura do país e a demanda dos órgãos públicos por modernização dos serviços para melhoria da qualidade dos serviços prestados à população também ajudaram nos resultados apurados. Mesmo assim, o volume de negócios foi equivalente ao registrado em 2011, conta Marcos Malfatti, vice-presidente sênior de vendas da companhia. Ele cita entre os principais projetos desenvolvidos em 2012 os de outsourcing de gestão da rede de dados do Ministério Público da União, de fornecimento de circuitos de transmissão de dados com velocidade de até 1 Gbps e de porta Internet de alta capacidade para o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), e de entrega de porta de Internet de alta capacidade para a Telebrás.

Com sede em Brasília, a PBTI Soluções obtém 60% de sua receita a partir de contratos fechados na vertical governo, índice que tem se mantido estável ao longo dos últimos anos. Entretanto, Edson Depieri, diretor-presidente da empresa, chama a atenção para o fato de que, com o uso indiscriminado do pregão eletrônico para aquisição de recursos, o critério preço tem prevalecido nos processos de compras de soluções de TI, em detrimento dos quesitos técnicos: “Ainda que haja redução de custos, essa situação pode contribuir para um possível declínio da qualidade técnica de diversas aquisições feitas pelo governo, com a consequente dificuldade na obtenção dos resultados esperados”.

O cenário que o executivo desenha para 2013 é o de iniciativas do governo voltadas para o

aumento da infraestrutura e segurança, para suportar a realização dos eventos esportivos dos próximos anos. Nesse sentido, acredita, a contratação de soluções que viabilizam a construção de portais, painéis de acompanhamento e de análise de dados deverão ganhar força: “Esperamos um crescimento de 20% no nosso faturamento, em resposta aos investimentos do governo para receber as Copas das Confederações e do Mundo, e para melhorias de desempenho e redução de custos”.

Com um portfólio de soluções capaz de atender todas as necessidades da área de governo, a Sonda IT colhe os frutos de um trabalho de três anos, focado no relacionamento técnico com os times de engenharia de vários órgãos da administração pública municipal, estadual e federal. A empresa fechou contratos envolvendo soluções de armazenamento de dados, segurança de banco de dados, hosting de aplicações e gestão de conteúdo. Atualmente, o setor público representa 15% do faturamento da área de plataforma da empresa e a expectativa é aumentar a participação dessa vertical para 20% este ano. “Em 2012, tivemos um aumento considerável nas consultas para desenvolver projetos inovadores, principalmente nas áreas de datacenter e serviços de TI”, afirma José Camargo, diretor geral de vendas da divisão de plataformas da Sonda IT.

Segundo Álvaro Bichara, gerente de contas da mesma divisão, os resultados atingidos no ano passado corresponderam às expectativas: “E para o exercício 2013 temos uma projeção ainda maior, principalmente com a aproximação dos grandes eventos e a necessidade de o setor continuar se profissionalizando”. Para atender o governo, por exemplo, a companhia possui um time de quatro profissionais de vendas, um corpo técnico de mais de 25 engenheiros de pré-venda e 30 engenheiros nas áreas de delivery e operações.

A Furukawa faz da sua rede credenciada de aproximadamente 130 integradores, e de seus pontos de distribuição em todo o Brasil, um grande trunfo para atender todas as esferas do governo. Além disso, a companhia dispõe de um corpo de vendas diretas. No ano passado, lançou uma solução óptica baseada na tecnologia PON (rede passiva óptica), que permite o

compartilhamento de uma única fibra óptica entre diversos pontos finais.

Segundo Roberto Kihara, gerente comercial networking da Furukawa, a demanda no setor de governo superou a de 2011 em função dos projetos de Cidades Digitais, de datacenter e modernização das redes dos órgãos públicos: “Na esfera federal, temos vários projetos, como o datacenter da Caixa Econômica Federal e a ampliação do datacenter do Serpro. Mas o destaque é o datacenter do Banco do Brasil, que é um projeto de R\$ 15,7 milhões e totalmente baseado em solução óptica”.

Celso Motizuqui, gerente geral de vendas da Furukawa, menciona ainda os projetos do Ministério das Comunicações e a instalação de sistemas de redes ópticas em dez cidades digitais: “No segmento de redes ópticas, a vertical governo representa 5% do faturamento da Furukawa” Ele acrescenta que a estimativa é dobrar a participação do governo nos negócios da empresa este ano. Há também uma aposta para a retomada dos projetos que ficaram engavetados no ano passado por causa das eleições municipais. “Em 2013, continuaremos a ter projetos ligados à Copa do Mundo e agora estão vindo os projetos ligados aos aeroportos”, diz Roberto Kihara.

A IBM não revela números referentes ao peso do setor público na sua operação no Brasil, mas Antonio Carlos Dias, diretor de smarter cities, está confiante de que os governos municipais, os eventos esportivos e o crescimento econômico serão motivadores para projetos de inovação na área em 2013. No ano passado, a Prefeitura de Porto Alegre investiu em tecnologia da empresa para monitorar e melhorar a gestão dos serviços públicos da cidade. “Implementado inicialmente em três áreas distintas – obras e viação, água e esgoto, e limpeza urbana –, o projeto proporciona mais inteligência aos departamentos e capacidade de avaliar e responder às demandas da população de forma mais rápida”, diz.

A HP pretende ampliar em cerca de 30% o time de profissionais de venda direta para o setor público. O desafio é unir esforços com o canal de comercialização indireta para aumentar os negócios da companhia nessa área. Atualmente, os contratos com a administração pública direta,

principalmente federal e estadual, representam entre 30% e 40% da receita no Brasil. De acordo com Marcelo Almeida, responsável pela área de vendas para o setor público da HP, uma das apostas este ano é o fechamento de muitos contratos no modelo de computação em nuvem. O otimismo é grande também em relação à administração municipal: “Em 2012, houve eleições, mas esperamos voltar a ter um volume maior de negócios com os municípios”.

A Cast, que obtém dos contratos firmados com o governo 70% de seus negócios, elaborou um plano estratégico para alcançar a liderança na oferta de serviços de TI para o setor entre 2015 e 2018. Atualmente, a empresa já ocupa a terceira posição nesse mercado, revela Marcus Edrisse, vice-presidente de negócios governo e finanças da companhia.

Para suprir a demanda do setor público, a empresa estruturou seu portfólio de ofertas em linhas de negócios que abrangem desenvolvimento de sistemas, outsourcing de infraestrutura de TI e serviços especiais em algumas plataformas tecnológicas, como ECM (Enterprise Content Management), governança corporativa e BI (Business Intelligence). “No segundo trimestre deste ano está previsto o lançamento de novas soluções de segurança, governança corporativa e smart cities”, revela Marcus.

Segundo o executivo, a Cast tem forte presença no governo federal. Mas faz parte da estratégia ampliar a sua presença também em outras esferas da administração pública. A empresa já fechou contratos e abriu filiais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Paraná. Para os municípios de médio e grande portes, a abordagem contempla a oferta de soluções tributárias, de educação e de smart cities como serviço.

O setor público representou cerca de 10% das atividades da Bull América Latina no mercado brasileiro no ano passado. Apesar de a empresa atuar há pouco tempo nessa área no Brasil, seu diretor, Alberto Lemos Araujo Filho, considera o resultado frustrante: “O ano de 2012 foi atípico devido às eleições e ao quadro econômico recessivo”.

O executivo acredita que a participação do setor público na receita da Bull será superior a 15% este ano, já que existe uma forte demanda por soluções de governo eletrônico e sistemas que melhorem a qualidade e produtividade dos serviços à população.

O Prêmio TI & Governo 2012

OAnuário TI & Governo premia a cada ano os projetos pelos quais uma instituição de governo melhorou os serviços prestados à população. O objetivo do Prêmio TI & Governo é divulgar as melhores iniciativas de governo eletrônico no Brasil.

Este ano, o júri analisou 79 projetos, dos quais escolheu 20. Os projetos foram escolhidos por sua relevância social e por seu caráter inovador; pelo impacto que produziram na administração pública, com a melhoria dos processos, a redução de custos, o ganho de produtividade, o aumento de segurança, a oferta de novos serviços, a melhora no atendimento ao cidadão, a qualidade dos serviços prestados, a transparência.

Os projetos foram classificados em três categorias:

e-democracia

São os projetos desenvolvidos para prover: a comunicação entre o governo e o cidadão; a comunicação entre os participantes do processo político; a transparência e a responsabilidade; e o suporte a processos eletivos ou de consulta.

e-serviços

Entram nessa categoria os portais; os serviços de Internet e os prestados por outros meios eletrônicos, como celulares, smartphones e tablets; as lojas e centrais de atendimento.

e-administração

São os projetos que ajudam na elaboração e implementação de políticas públicas; suportam a tomada de decisão dos gestores públicos; ajudam na comunicação interna e de grupos de trabalho; melhoram a eficiência interna de processos (compras, viagens, processos judiciais, recursos humanos, controle de receitas e despesas, acompanhamento do planejamento); e integram políticas entre as várias esferas de governo.

A PONTUAÇÃO

Os jurados avaliaram quão inovadores são os projetos. Deram notas de 1 a 5 para os projetos incrementais; notas de 3 a 10 para os projetos transacionais; e notas de 7 a 20 para os projetos radicais.

Os jurados atribuíram as notas de acordo com o impacto do projeto no relacionamento com a sociedade, ou com outros órgãos, ou internamente.

Os 20 projetos que obtiveram as notas mais altas, na soma dos pontos atribuídos pelos jurados, são os premiados.

A COMISSÃO JULGADORA

Os jurados que analisaram os projetos inscritos nesta edição do Prêmio TI & Governo são: Armando Dal Colletto (diretor da Business School São Paulo); Edison Morais (diretor da Entelcorp); Juarez Quadros do Nascimento (presidente da Orion Consultores Associados); Vanda Scartezini (sócia da Polo Consultores Associados); e Vanderlei Campos (jornalista do Anuário TI & Governo).

São Paulo unifica o serviço de informações à população

A publicação da Lei Federal 12.527 de 2011, que prevê que órgãos públicos criem serviços de informações aos cidadãos, foi a semente do projeto SIC – Serviço de Informação ao Cidadão do Estado de São Paulo. Um decreto do governo paulista de maio de 2012 regulamentou o serviço, dando impulso ao trabalho desenvolvido pelo Arquivo Público do Estado, que coordenou e desenvolveu um processo para orientar secretarias e entidades da administração direta a instalar seus serviços.

“A ideia foi desenvolver uma ferramenta única no estado, para gerenciar pedidos de informações, evitando que cada secretaria adotasse uma solução própria”, explica Ieda Pimenta Bernardes, diretora técnica do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

Na página inicial do Sistema SIC.SP (www.sic.sp.gov.br), o cidadão pode optar por fazer o seu pedido via Internet, obter o endereço ou telefone do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) de seu interesse, além de

acompanhar seu pedido de informação a partir do número de protocolo. “Além de permitir uma comunicação direta entre o cidadão e o governo, o sistema também controla os prazos de resposta (20 dias, prorrogáveis por mais 10, quando necessário) e permite a integração de todas as unidades dos Serviços de Informações ao Cidadão dos vários órgãos e secretarias”, explica Ieda. Após o registro do pedido, o sistema gera, automaticamente, um número de protocolo que deve ser fornecido ao cidadão. Com esse número, ele acompanha o prazo e consulta a resposta, além de ingressar com recurso, quando o poder público negar o acesso à informação. Ele não precisa justificar sua pergunta, mas o estado tem que justificar caso a informação seja sigilosa.

O Arquivo Público do Estado criou a Central de Atendimento ao Cidadão – CAC, que orienta a qual órgão ou entidade o cidadão deve se reportar para obter o documento, dado ou informação públicos. “Existem informações sigilosas ou pessoais e nesses casos esses dados devem ser protegidos. Tudo o mais é público e deve ser fornecido ao cidadão”, diz Ieda.

Em cada órgão ou secretaria, foram nomeadas pessoas responsáveis por esse atendimento. Com a análise das perguntas mais frequentes, é possível disponibilizar essas informações no Portal da Transparência. “Uma das grandes demandas era conhecer o salário dos servidores, que agora já estão disponíveis no portal”, conta Ieda.

Para orientar as secretarias, a Casa Civil definiu a metodologia e a identificação de pessoas para o recebimento das perguntas e ficou responsável pelo treinamento e orientação das novas obrigações que vinham com a lei. “O sistema permite que o cidadão acompanhe sua demanda, tendo a certeza de que aquele pedido não foi engavetado nos órgãos públicos. O sistema aproxima o estado da sociedade, com o objetivo de maior transparência do poder público”, completa Ieda.

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão do Estado de São Paulo

Órgão Responsável: Casa Civil - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Parceiro: Secretaria Estadual da Gestão Pública de SP

Custo: Cerca de R\$ 1.350.000,00 (2012)

Usuários: Cidadãos e servidores públicos estaduais

Fornecedor: Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo)

Data de término: O sistema está em operação e deverá sofrer aprimoramento e manutenção contínuos

Principais benefícios do projeto: Integra e gerencia todos os pedidos de acesso à informação dirigidos aos órgãos e entidades do Governo do Estado de São Paulo, aproximando o poder público do cidadão. O serviço é gratuito e o cidadão não precisa justificar ou fornecer os motivos da solicitação

dmugação



Ieda:

“O sistema permite que o cidadão acompanhe sua demanda, tendo a certeza de que aquele pedido não foi engavetado nos órgãos públicos”

O Rio Grande do Sul abre suas portas na Internet

Com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, sancionada pela Presidência da República, em 18 de novembro de 2011, e que prevê maior transparência dos dados públicos, começou a corrida dos órgãos do governo para a implantação de um sistema que ofereça essa funcionalidade. “O grande desafio foi implantar em um curto período de tempo uma ferramenta que atendesse à lei e fosse acessível ao público”, diz Karen Gross Lopes, assessora de planejamento da Procergs (Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul).

A implementação do sistema no Rio Grande do Sul levou seis meses, tempo considerado recorde pela equipe. “Em pouco tempo, conseguimos desenvolver um processo padrão de atendimento ao público, seguindo um modelo de governo único, levando em conta as diferenças de cada órgão”, explica. Outra preocupação da Procergs, segundo Karen, foi hospedar o sistema em uma infraestrutura robusta e segura para centralizar dados de forma aberta e acessível: “Havia muita expectativa, tanto da sociedade

quanto dos meios de comunicação, em relação ao sistema e como ele poderia responder às demandas”.

O governo do estado do Rio Grande do Sul conta com 80 órgãos e 166 mil servidores que precisavam conhecer a lei, saber como agir e se inteirar do funcionamento do sistema. A Procergs montou uma estratégia que mapeou os processos para que o governo se organizasse para a iniciativa. “Montamos uma rede de colaboração com quatro grupos de trabalho, que reuniram pessoas para pensar processos e sistemas, a regulamentação da lei, a comunicação interna e a capacitação.

A solução é composta por dois eixos: um é a interface com o cidadão, que se dá por meio do site. O outro é o trabalho de back office, que permite um fluxo automático de informações entre os órgãos, a partir da pergunta enviada pelo cidadão, sem intervenção humana, obedecendo a um workflow cuidadosamente desenhado para que o gestor central de cada órgão receba a pergunta. “O cidadão não precisa saber para que órgão enviar a pergunta ou passar por vários trâmites burocráticos para encaminhá-la. Há uma rede de gestores locais treinados para dar andamento àquela demanda”, diz Karen. O projeto é inovador porque integra informações em uma única plataforma, facilitando o acesso às respostas pelos cidadãos. A partir do envio da pergunta, o órgão tem 20 dias para responder à demanda, prazo prorrogável por mais dez dias, com justificativa da demora. O sistema permite um acompanhamento das perguntas e estatísticas sobre tempo de entrega das respostas e perguntas mais frequentes para melhorar o atendimento.

O portal conta com informações passivas, onde são apresentados dados sobre gastos públicos, e informações ativas, espaço onde o cidadão pode entrar com uma pergunta. Entre as inovações, Karen aponta a apresentação dos dados de forma aberta, permitindo aos usuários fazerem aplicações a partir desses dados. Um concurso premiou os três melhores aplicativos desenvolvidos a partir dos dados disponíveis. Segundo Juliana Botelho, subchefe de ética, controle e transparência da Casa Civil do Rio Grande do Sul, “o sistema permite à população monitorar e exercer o controle social”.

Implementação da Lei de Acesso à Informação no RS

Órgão Responsável: Procergs

Custo: R\$ 195 mil

Usuários: Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul, como gestor central, e todos os órgãos do estado, como gestores locais.

Fornecedores: Não há prestadores de serviço envolvidos diretamente no projeto

Data de término: Maio de 2012

Principais benefícios do projeto: Ampliação da transparência, com promoção do controle social; informação pública à disposição do cidadão, sem necessidade de justificativas; padronização do processo de acesso à informação, e acesso facilitado do cidadão ao governo, de forma integrada e centralizada.

O Portal da Transparência abre as contas do governo paulista

Para que as informações do governo do estado de São Paulo se tornassem mais acessíveis à população, entrou no ar em janeiro de 2012 o Portal da Transparência, no endereço www.transparencia.sp.gov.br. Estão disponíveis informações relativas a receitas arrecadadas e a despesas e investimentos feitos pelo governo do estado, em detalhes, como valores pagos por fornecedor, como são aplicados os recursos vinculados às ações de educação e saúde, receitas repassadas por município, convênios com municípios e valores repassados por entidade, entre outros.

O principal objetivo, segundo Sandra Lúcia Fernandes Marinho, corregedora do Departamento de Controle Estratégico da Corregedoria Geral da Administração, foi a redução do esforço de navegação para visualizar a informação, de

modo que com um ou dois cliques o cidadão obtenha o que pretende. A ferramenta centralizou links que conduzem direto a informações complexas ou bases de dados em outros sites.

A primeira versão do Portal da Transparência Estadual contempla dados básicos sobre receitas e despesas. “O portal permite a elaboração de demonstrativos e comparativos para estudos, estatísticas de acompanhamento e de avaliação da ação pública, auxiliando a análise e conclusão de processos e fiscalização e principalmente na tomadas de medidas preventivas de combate à corrupção”, afirma Sandra.

A primeira etapa do projeto atendeu ao decreto que estabeleceu o conteúdo mínimo de informações que o governo tem que disponibilizar para a população. Nessa etapa, segundo ela, foram reunidos dados que já estavam no site da Secretaria da Fazenda, o Prestando Contas: “Selecionamos e facilitamos a visualização das informações, aprimorando o portal que deve ser alimentado constantemente para se manter vivo e atual”.

Na segunda etapa, a equipe da corregedoria fez ajustes e melhorias como a centralização de links que conduzam direto às informações mais complexas, além do direcionamento a outras bases de dados. “Muitas informações, que estavam espalhadas por diversos sites e passavam despercebidas pela população, agora podem ser visualizadas rapidamente. Muitos assuntos que eram apresentados de forma muito específica ganharam explicações mais claras e precisas, sem a linguagem rebuscada dos pareceres técnicos”, diz.

No portal, é possível, por exemplo, saber quais licitações estão em andamento e acessar a lista das empresas impedidas de fornecer para o governo, ter acesso aos preços referenciais de licitações, além do cadastro das entidades não governamentais certificadas, que hoje passam de 5 mil.

O portal é fruto do trabalho de diversos órgãos e secretarias, como a da Fazenda, o Tribunal de Contas, a Prodesp e a Corregedoria Geral da Administração

gl leonard



Sandra:
informações com
menos
esforço de
navegação

Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo

Órgão Responsável: Casa Civil do Estado de São Paulo – Corregedoria Geral da Administração

Custo: R\$ 303.850,00

Usuários: População em geral

Fornecedores: Secretaria de Estado da Fazenda e Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

Data de término: Etapa 1 – 14/01/2012;
Etapa 2 – 08/11/2012

Principais benefícios do projeto:

Possibilitar amplo acesso do cidadão às informações relativas a receitas, despesas e investimentos do governo paulista.

Camaçari põe os impostos na Internet

A administração tributária de Camaçari, na Bahia, passou por profundas mudanças nos últimos anos, a partir da implantação de uma nova ferramenta de gestão totalmente informatizada, multiplataforma e aderente ao ambiente web.

Trata-se do resultado do projeto Gestão Tributária e Serviços ao Cidadão, colocado em prática a partir de 2008, quando foi feita a licitação pública. Além da solução, o edital previa a transferência de tecnologia, com o fornecimento de código-fonte, serviços de implantação e suporte técnico. A implantação teve início em janeiro de 2010.

O objetivo da prefeitura era permitir a prestação de serviços aos contribuintes por meio da Internet e a gestão informatizada dos tributos e taxas municipais. Mas, antes de realizar o projeto, foram feitos um mapeamento e a revisão dos seus processos, a fim de garantir o alinhamento ao novo sistema, conta Paulo Marcelo Paes Coelho Dantas de Góes, coordenador do núcleo de gestão da

informação da Secretaria Municipal da Fazenda.

Todas as ações colocadas em prática com o desenvolvimento do projeto estavam em conformidade com o Planejamento Estratégico Participativo (PEP), elaborado para o período de 2008 a 2012.

“Durante a elaboração do PEP, identificamos a necessidade de substituição da tecnologia de software que já estava ultrapassada, com sérias deficiências de integridade e limitações decorrentes de tecnologias antigas, arquiteturas fechadas, dificuldades de gestão de lançamentos e débitos dos tributos”, lembra Paulo.

Do ponto de vista técnico, o projeto reduziu bastante a administração e o suporte porque, como o sistema de gestão tributária roda totalmente em ambiente web, pode ser acessado de qualquer equipamento com conexão à Internet.

O acesso online pode ser feito até mesmo pelos contribuintes que não têm computador, pois a prefeitura instalou terminais de autoatendimento em locais públicos da cidade.

A Secretaria Municipal da Fazenda foi beneficiada com o maior controle e o monitoramento dos acessos feitos a partir da configuração de perfis de usuários. “Além disso, ganhou autonomia para a elaboração de seus relatórios gerenciais, o que possibilita o desenvolvimento de outros subsistemas que vão se integrando à base de dados do sistema de gestão tributária”, explica Paulo.

Segundo ele, a integração do novo sistema de gestão tributária com a base de dados de geoprocessamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano permite que os colaboradores da coordenação de cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda usem as informações alfanuméricas e de imagens em tempo real, para auxiliar na tomada de decisões e para corrigir dados na base.

Para os contribuintes, o ganho é a possibilidade de se relacionar online com o fisco municipal. Segundo Paulo, entre janeiro e fevereiro foram registrados aproximadamente 8.400 acessos ao sistema.

Cezar Fernandes



Paulo:
acesso online até mesmo pelos contribuintes que não têm computador

Gestão Tributária e Serviços ao Cidadão

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Camaçari

Custo: R\$ 4 milhões

Usuários: Contribuintes do município

Fornecedor: CPqD

Data de Término: Os serviços tiveram início em janeiro de 2010

Principais benefícios do projeto:

Relacionamento dos contribuintes com o fisco municipal através da Internet

A CEF usa biometria para o INSS e o Bolsa Família

Qualquer serviço, produto ou processo que requiera uma forma de identificação e autenticação é candidato ao uso da biometria. Com foco em projetos sociais – Bolsa Família e INSS – a Caixa Econômica Federal lançou um projeto piloto de cadastramento biométrico e de autenticação biométrica visando redução de custos, fraudes, melhoria no atendimento e comodidade para o cliente.

A biometria para o Bolsa Família começou em 2010 e, a partir de 2011, escolheu como foco o INSS, com cerca de 5 milhões de beneficiários que requerem recadastramento a cada ano. “A Caixa precisa fazer a prova de vida anual de cerca de 5 milhões de beneficiários do INSS, o atendimento é realizado somente nas agências e tem um custo alto por prova de vida”, diz Raissa Dantas Freire de Medeiros, gerente executiva da CEF. Some-se a isso o problema com fraudes no pagamento de benefícios.

O projeto, segundo ela, visa equipar os terminais de autoatendimento, lotéricas e as agências da Caixa com leitores biométricos: “Os beneficiários do INSS, ao fazerem o saque do benefício nesses canais, farão automaticamente a prova de vida de forma segura e com mais comodidade”.

O sistema permite diminuir o risco de fraudes, uma vez que o mecanismo de autenticação passa a se basear em algo que o cliente é (sua impressão digital) em vez de em algo que o cliente sabe (senha).

A Caixa conta hoje com cerca de 4,2 milhões de clientes sociais cadastrados biometricamente, dos quais 630 mil são beneficiários do Bolsa Família e 180 mil, beneficiários do INSS, cujo cadastro já vale como prova de vida. A meta é chegar a 1,8 milhão de cadastros do Bolsa Família e 450 mil beneficiários do INSS até dezembro. Hoje a Caixa conta com mais de 3 mil ATMs com leitor biométrico instalados e a meta é chegar a 10 mil e 6 mil terminais de autoatendimento até o final do ano.

“O projeto da Caixa será pioneiro na autenticação do beneficiário de políticas públicas do governo federal, servindo para avaliar, pela primeira vez no Brasil, o uso de biometria para pagamento de benefícios sociais”, diz Raissa.

O próximo passo do projeto é oferecer sistemas de autenticação para os demais produtos da Caixa, como conta-corrente e FGTS, tanto para pessoa física quanto jurídica.

Raissa aponta como um dos principais desafios do projeto alcançar a velocidade necessária para o aumento da base cadastral da Caixa. O maior obstáculo, segundo ela, têm sido as taxas de falso negativo, que podem acontecer no momento da autenticação biométrica nos caixas e nos terminais de autoatendimento: “Estamos investindo nos melhores leitores biométricos do mercado, tanto no momento do cadastramento biométrico quanto no momento da autenticação”.

Biometria na Caixa Econômica Federal

Órgão Responsável: Caixa Econômica Federal

Custo: R\$ 90 milhões

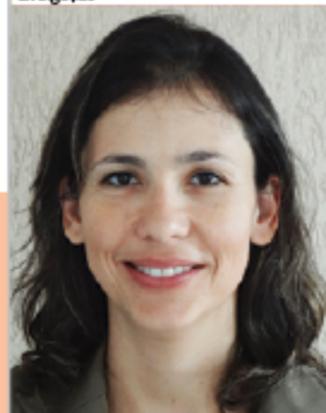
Usuários: Beneficiários dos programas Bolsa Família e INSS atendidos pela Caixa

Fornecedores: Akiyama, Diebold

Data de término: Dezembro de 2013

Principais benefícios do projeto: Redução de fraudes, redução de custos, melhoria no atendimento e comodidade para o cliente ao substituir senhas memorizadas pela impressão digital

divulgação



Raissa:
o sistema permitiu a redução do risco de fraudes

O IBGE centraliza os dados geoespaciais

O VINDE - Visualizador da INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais) é uma ferramenta de visualização de dados geoespaciais como mapas, fotos e vídeos localizados em servidores de diferentes órgãos e instituições. “O projeto tem como propósito centralizar dados e informações geoespaciais brasileiras, que também podem ser compartilhadas internacionalmente”, explica Hesley da Silva Py, coordenador da área de desenvolvimento e manutenção de sistemas do IBGE.

A ferramenta permite a criação de mapas e a execução de diferentes funções como visualização e navegação, consultas básicas, medição de distâncias e superfícies. Com a evolução do portal, novos recursos podem ser adicionados, permitindo ao usuário construir um mapa escolhendo as camadas de dados que deseja visualizar, a partir de uma lista de serviços incorporados ao sistema.

O VINDE oficializa a fonte dos dados e os reúne em uma única plataforma, permitindo consultar e visualizar as camadas geográficas e baixar aquelas de que realmente se necessita.

Finalizado em fevereiro, o sistema permite acesso a informações de diversos órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério do Planejamento, entre outros. A ferramenta permite que os dados sejam interligados e georreferenciados conforme a demanda do usuário. O sistema foi desenvolvido tanto para o público especializado quanto para o leigo. Atende servidores governamentais que trabalham com esses dados e empresas acostumadas a consumirem esse serviço. O segundo público alvo são os usuários leigos como estudantes de geografia do primeiro e segundo graus. “O sistema pode ser usado na sala de aula para a composição de mapas e vídeos por alunos e professores, acessando dados de interesse do curso”, afirma Hesley.

O visualizador, segundo ele, também permite o acompanhamento espacial de políticas públicas como as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), além de informações do Censo 2010: “A disponibilidade de informações pode nortear decisões voltadas ao planejamento de políticas públicas, permitindo tomadas de decisão mais efetivas e de maior qualidade em políticas territoriais e na elaboração do orçamento federal”.

Com dados do censo, é possível, por exemplo, mapear qual região concentra maior índice de analfabetismo e saber qual faixa etária é mais afetada. “É possível cruzar dados da população com sua distribuição espacial e visualizar isso no mapa brasileiro”, explica. O sistema também permite localizar áreas de exploração mineral, áreas indígenas e de conservação ambiental.

A ferramenta foi desenvolvida há dois anos e vai evoluindo com a adição de novos canais temáticos como a Rede Risco, que monitora as áreas com risco de desabamento. “A ideia é que o próprio usuário vá agregando outras informações a partir do cruzamento de dados”, diz Hesley.

VINDE - Visualizador da INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais)

Órgão Responsável: IBGE

Custo: Não há custo extra, apenas o rotineiro com os servidores da casa

Usuários: Governo e sociedade em geral

Fornecedores: Todo o trabalho foi realizado internamente, usando bibliotecas livres, não foi adquirido nenhum produto para o projeto.

Data de término: A versão apresentada foi finalizada em fevereiro de 2013.

Principais benefícios do projeto: Para o governo, apóia o planejamento e acompanhamento de suas ações e das políticas públicas. Para a sociedade, fornece um ambiente de fácil acesso e uso de grandes volumes de dados georreferenciados, gerados pelos diversos produtores de dados desse tipo em todas as instâncias governamentais.

dmugação



Hesley:
“É possível cruzar dados da população com sua distribuição espacial e visualizar isso no mapa brasileiro”

O Amazonas cria um sistema para modernizar o supletivo

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas realiza o chamado Provão do Supletivo, que prevê várias etapas como inscrição dos candidatos, confecção das provas, cartões-resposta, correção, resultado e emissão de certificado. Para diminuir as filas, facilitar a inscrição e atender melhor os candidatos, a Prodam (Companhia de Processamento de Dados do Amazonas) criou o Sistema Eletrônico de Avaliação – SEA, que reúne tecnologias como reconhecimento biométrico, monitores touch-screen e sintetizadores de voz.

Para acabar com as filas na inscrição, o SEA permite que o aluno faça um pré-cadastro, onde acessa o sistema e preenche um formulário com informações pessoais. Em seguida, com login e senha criados no seu pré-cadastro, agenda o atendimento e comparece ao local escolhido, onde é avaliada a consistência dos dados inseridos no pré-cadastro, e feita a coleta de foto e impressão digital. “Por ser uma ação sazonal, todo início de semestre as secretarias ficavam lotadas de candidatos querendo fazer a inscrição”, explica Alan Laranjeira da Silva, analista de TI da Prodam (Companhia de Processamento de Dados do Estado do Amazonas).

Após a validação dos dados, o atendente inscreve o candidato. Nessa etapa, a partir da integração com o Sistema de Gestão Educacional do Amazonas (Sigeam), são conferidos o histórico escolar e as matérias pendentes. Isso elimina o risco de o candidato fazer a prova de uma matéria previamente concluída. A prova é liberada mediante autenticação biométrica e o resultado enviado direto ao histórico do candidato no Sigeam e exibido logo após a conclusão das provas. O resultado também pode ser consultado pelo candidato pela Internet. Após a conclusão da prova é emitido um certificado e, caso o candidato seja reprovado em alguma disciplina, o sistema permite remarcação imediata.

Segundo Alan, o SEA foi uma das primeiras aplicações desenvolvidas no contexto de

governo eletrônico com o objetivo de atender a realização de provas supletivas. Um dos pontos de destaque do projeto foi o desenvolvimento de um módulo que permite a realização das provas pelos deficientes visuais com o uso de software de sintetizadores de voz.

Entre os benefícios, ele destaca a emissão imediata do resultado, descentralização do local de realização das provas, possibilidade de expansão para novas localidades e redução de custos na emissão de documentos como cartão-resposta e provas.

O próximo passo será expandir o sistema e novos módulos para o interior do estado. Cidades que têm baixa qualidade de banda larga vão trabalhar com módulos off-line, para ampliar a oferta do serviço em outras localidades, explica Alan. No ano passado, o sistema atendeu 13 mil candidatos e gerou 70 mil provas.

SEA – Sistema Eletrônico de Avaliação

Órgão Responsável: Prodam - Processamento de Dados Amazonas

Custo: Não informado

Usuários: Jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade regular.

Fornecedores: HS Informática (Cardiff Tele Form), Griaule Biométrics (Fingerprint SDK), Nextup.com (Software Text Aloud), EMC Automação (Monitor TouchScreen).

Data de término: Setembro de 2009

Principais benefícios do projeto: Atendimento contínuo da demanda; emissão imediata do resultado; descentralização do local de realização das provas; possibilidade de expansão para novas localidades e redução de custos na emissão de documentos como cartões-resposta e provas.

divulgação



Alan: resultados mais rápidos e redução de custos

A prevenção de incêndios ganha agilidade em Minas

Desde julho do ano passado, todos os trâmites relacionados ao registro de análise de projetos de segurança de edificações pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais podem ser feitos online, na página da corporação na Internet, um processo mais ágil e dinâmico, que dispensa o manuseio de papel e a presença física do responsável técnico, o engenheiro.

Estima-se que a aprovação de projetos, que antes demandava em torno de 60 dias, agora é feita em no máximo duas semanas. “O processo de análise e vistoria passou a ser mais simples e mais rápido do que era antes”, confirma Ítalo Rodrigues Castro, gestor do projeto pela Prodemge (Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais).

Esse ganho foi possível com o início da operação do software Infocisp (Sistema de Informações do Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico no Estado de Minas Gerais), desenvolvido pela Prodemge. O valor do projeto gira em torno de R\$ 10 milhões e contou com financiamento da Secretaria de Planejamento (Seplag) e do Sistema

Integrado de Defesa Social (Sids).

Desenvolvido em linguagem Java, o software fica hospedado no datacenter da Prodemge e pode ser acessado de qualquer localidade e computador com conexão web. Por meio do Infocisp, o engenheiro faz um pré-cadastro do projeto de prevenção na Internet. O processo chega até o Corpo de Bombeiros com todas as plantas e documentação exigidas, que começa então a fazer o trabalho de análise.

Também pelo Infocisp, o Corpo de Bombeiros posta o resultado da análise do projeto, que pode ser a aprovação ou a notificação para realização de eventuais ajustes e correções. “Pelo sistema, o engenheiro pode abrir um recurso e contestar a notificação”, diz Ítalo.

Assim que o projeto é postado, o Infocisp gera automaticamente o Documento de Arrecadação Estadual (DAE), para o pagamento da análise. Ele explica que, depois da primeira análise, o engenheiro tem direito a acessar o sistema apenas uma vez sem recolher a taxa, para apresentar o recurso à notificação ou fazer as correções solicitadas. Entretanto, se houver a necessidade de nova apresentação do projeto, terá que efetuar novo pagamento.

Quando o engenheiro faz o pré-cadastro do projeto, automaticamente o Infocisp faz a validação de seus dados junto ao Crea-MG (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais). Se houver alguma irregularidade, o cadastro não é aceito e o projeto apresentado não poderá ser analisado pelo Corpo de Bombeiros.

A etapa seguinte do processo consiste na solicitação de vistoria, que também pode ser feita através do Infocisp, para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), que é o documento que atesta a regularidade da edificação quanto aos procedimentos e medidas de segurança contra incêndio e pânico. A vistoria é feita in loco e todas as vezes que for realizada será cobrada taxa.

A análise do projeto é um dos módulos do Infocisp. Outro diz respeito à fiscalização, que, segundo Ítalo, pode ser feita se o Corpo de Bombeiros receber denúncias de irregularidades em determinada edificação: “O Ministério Público pode cadastrar no sistema uma solicitação de fiscalização”.

Infocisp - Sistema de Informações do Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico no Estado de MG

Órgão Responsável: Prodemge (Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais)

Custo: Aproximadamente R\$ 10 milhões

Usuários: Corpo de Bombeiros, Engenheiros, Ministério Público

Fornecedores: Oracle e JCompany

Principais benefícios do projeto: O tempo de aprovação de projeto de análise de projeto de segurança contra incêndio e pânico caiu de 60 dias para duas semanas

dmugação



Ítalo: “Pelo sistema, o engenheiro pode abrir um recurso e contestar a notificação”.

O Espírito Santo cria um cartão para educação e saúde

O governo do Espírito Santo pretende aplicar o equivalente a R\$ 6,8 milhões para fornecer o Cartão Cidadão para alunos e professores de 420 escolas da rede pública e também usuários dos postos de saúde do estado. O objetivo é facilitar a identificação das pessoas e criar um meio eletrônico controlado para obtenção de serviços públicos.

O projeto do Cartão Cidadão está sendo conduzido pelo Prodest (Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo). "O cartão vai permitir que os capixabas tenham acesso às atividades dos órgãos estaduais por meio do computador e de dispositivos móveis. Isso será possível com a criação de um portal com informações personalizadas de cada usuário", afirma Victor Murad Filho, presidente do Prodest.

O que chama a atenção no projeto é o uso de tecnologias de autenticação que evitam fraudes e falsificações. O cartão é dotado de dois chips (um com contato e outro sem contato) e utiliza a certificação digital padrão ICP-Brasil, emitida pelo Prodest, que é uma Autoridade Certificadora (AC), para validar as operações online realizadas por seu portador. O cartão contém foto do usuário e suas informações pessoais, como nome, data de nascimento, número da identidade e sexo.

De acordo com Victor, todas as tecnologias do cartão estão disponíveis no Brasil e são compatíveis com os sistemas de controle de acessos físico e lógico em operação nas instituições públicas, privadas, meios de transporte e saúde, entre outros.

Considerando apenas a área de educação, estima-se que 300 mil professores e alunos da rede estadual possam utilizar o plástico em diversas aplicações. A expectativa é de que, inicialmente, todas as escolas da capital, Vitória, sejam contempladas até o segundo semestre. As informações dos estudantes referentes ao ano letivo serão controladas no sistema de gestão escolar, na Secretaria da Educação do Espírito Santo.

O Cartão Cidadão será utilizado como elemento de identificação dos alunos. Assim, eles terão que passar o plástico na catraca para entrar na escola

e no leitor instalado dentro da sala de aula para confirmar presença. Outras duas aplicações estão relacionadas ao consumo de merenda escolar na cantina durante o intervalo, e o seu uso como vale-transporte. Neste caso, o estudante poderá usar o cartão no turno em que estiver estudando. Pelo computador, os professores poderão acessar o portal do Cartão Cidadão, digitar uma senha e obter informações sobre o desempenho dos estudantes e a presença em sala de aula.

Já a Secretaria da Saúde planeja a aplicação imediata do Cartão Cidadão no controle de transporte de pacientes idosos entre os postos de saúde do interior e da capital. Mas a ideia é estender a sua aplicação para os demais órgãos do governo estadual, permitindo que os usuários consultem, via Internet, as informações relativas aos serviços prestados pelo governo.

Cartão Cidadão

Órgão Responsável: Prodest (Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo)

Custo: R\$ 6,8 milhões

Usuários: Alunos e professores da rede pública de ensino e usuários de postos de saúde

Fornecedor: Morpho do Brasil

Data de Término: Em fase final de implantação

Principais benefícios do projeto: Na educação, controle via Internet de presença e desempenho dos alunos na escola. O cartão será usado também para o consumo de merenda e como vale-transporte durante o ano letivo. Na saúde, no controle de transporte de pacientes idosos entre os postos de saúde do interior e da capital

divulgação



Victor: tecnologias de autenticação que evitam fraudes e falsificações

O Banco Central automatiza as operações de câmbio

Responsável pela condução da política cambial, o Banco Central automatizou os processos relacionados às operações de compra e venda de moeda estrangeira (dólar) e aproveitou a oportunidade para promover uma modernização tecnológica nessa área, substituindo o modelo de processamento baseado em mainframe por outro que usa a mensageria da rede privada do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O projeto, denominado Sistema de Leilão de Câmbio, consumiu recursos da ordem de R\$ 445 mil, aplicados na contratação de desenvolvedores externos, que atuam com os servidores do Banco Central no desenvolvimento. Os trabalhos começaram em novembro de 2011 e um ano depois entrou em produção. Desde então, o BC utiliza a mensageria do SFN para comprar e vender dólares.

A compra e venda de dólares é necessária sempre que a conjuntura exige. Como não existe uma sequência definida, a realização desse tipo de operação depende do mercado. Segundo

Marcelo de Almeida Oliveira, coordenador da equipe responsável pela implantação do projeto, a automatização contemplou até mesmo o leilão conjugado, aquele em que o Banco Central realiza uma venda seguida de uma recompra após um determinado prazo: "O processo era manual. Logo depois da implantação do sistema, o leilão conjugado passou a ser executado quase diariamente".

No modelo antigo, todas as operações da mesa de câmbio eram centralizadas no mainframe instalado no Banco Central. Com o projeto, os processos passaram a ser realizados através da rede privada do SFN, que interliga o Banco Central com as demais instituições financeiras. A mesa de câmbio comunica a abertura do leilão e os dealers enviam uma mensagem com uma proposta. Em seguida, o Banco Central avisa quais foram aceitas e informa o resultado do leilão.

A agilidade, a segurança e a confiabilidade são apontadas como alguns dos benefícios decorrentes do projeto, além da redução de possíveis erros e falhas humanos no processo. Marcelo explica que no novo modelo de operação da mesa de câmbio, todas as mensagens trocadas com as instituições financeiras são criptografadas e assinadas eletronicamente com o uso de certificação digital, que atesta a sua autenticidade.

Outra vantagem, segundo ele, é que os dealers ganham mais flexibilidade para implementar novas funcionalidades nos seus sistemas: "Ao receber um aviso de abertura de leilão, eles podem definir automaticamente uma proposta, de acordo com o sistema que roda em sua mesa de câmbio ou estabelecer um limite de valor na proposta". Para ele, o novo modelo permite um maior controle do processo pelos dealers.

O Banco Central se relaciona com 14 dealers, que são selecionados conforme um ranking de atuação no mercado de câmbio. Esse relacionamento é renovado a cada seis meses. Para a implantação do novo sistema, foram realizados testes e homologação junto ao sistema da mesa de câmbio dos dealers. "Nós também monitoramos o canal de comunicação com os dealers, garantindo que o sistema esteja apto para a realização de leilões a qualquer momento", diz Marcelo.

Sistema de Leilão de Câmbio

Órgão responsável: Banco Central

Custo: R\$ 445 mil

Usuários: Operadoras da mesa de câmbio do Banco Central e das instituições financeiras (dealers)

Fornecedor: Desenvolvimento interno

Data de término: Novembro de 2012

Principais benefícios do projeto: Agilidade, segurança e confiabilidade do processo na mesa de operação de câmbio, já que as mensagens são criptografadas e assinadas eletronicamente por meio de certificação digital; os dealers, por sua vez, passaram a ter mais flexibilidade para implementar novas funcionalidades no seu sistema de operação de câmbio

dmugação



Marcelo: mensagens criptografadas e assinadas eletronicamente

A Justiça do Ceará ganha velocidade e melhora os serviços

Considerada pilar do programa de modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará, a virtualização do processo judicial começou a ser implantada em 2010 pelo Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário. O principal objetivo foi melhorar a qualidade dos serviços prestados e dar mais celeridade aos processos. “Em outros tribunais, existiam soluções para atender especialidades específicas. O projeto da virtualização judicial no Ceará foi pioneiro por implantar o processo eletrônico em toda a capital no primeiro e segundo graus (Tribunal de Justiça), com todas as suas especialidades”, explica o secretário de TI do Poder Judiciário do Estado do Ceará, Dilthey Pontes Forte.

O projeto começou com a criação dos grupos de magistrados e técnicos responsáveis pelas articulações e implantação no primeiro e segundo graus da capital. “O projeto melhorou a imagem do judiciário e contribui para a política de preservação do ambiente, por meio da redução significativa de documentos impressos”, diz.

No primeiro grau, foram escolhidas quatro especialidades piloto para receber inicialmente o sistema: Fazenda Pública, Execução Fiscal, Família e Execução Penal. Essas especialidades representavam, à época, 34 varas. Após a fase da implantação piloto, o projeto avançou para as outras 12 especialidades, compostas ao todo por 73 varas: Infância e Juventude, Criminais, Tóxico, Trânsito, Execução de Penas Alternativas, Auditoria Militar, Júri, Sucessões, Registro Público, Falência, Cíveis e Juizado da Mulher. No segundo grau, o sistema foi implantado inicialmente em sua versão para manipulação dos processos ainda físicos, nos 11 órgãos julgadores existentes à época: 1ª a 6ª Câmaras Cíveis Isoladas, 1ª e 2ª Câmaras Criminais Isoladas, Câmara Cíveis Reunidas, Câmara Criminais Reunidas e Tribunal Pleno.

O segundo passo foi transformá-lo em processo eletrônico de forma gradativa em cada órgão julgador. Uma equipe de magistrados foi responsável por articular as políticas, estratégias e

encaminhamento das ações relativas à implantação do processo eletrônico, atuando também na validação de procedimentos e funcionalidades. “Antes do sistema, era preciso manter uma estrutura de protocolo para a entrada de todas as petições. Além disso, a classificação e distribuição das petições às secretarias eram realizadas de forma manual, com um tempo de espera de um mês entre o balcão do protocolo e a apreciação do magistrado”, diz Dilthey. O levantamento realizado pelo grupo de trabalho que atua na gestão do processo eletrônico de 1º grau revela que o andamento das ações em meio eletrônico é, em média, sete vezes mais rápido do que o processo manual.

Os próximos passos vão contemplar a implantação de módulos acessórios virtuais, como Custas, Distribuição e Controle Integrado de Mandados dos Oficiais de Justiça e Certidões e implantar o processo virtual nas 183 comarcas existentes no interior do Estado.

Virtualização do Processo Judicial do Ceará

Órgão Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Ceará

Custo: R\$ 18 milhões (valor de referência, pois existem outros gastos envolvidos)

Usuários: Servidores do Poder Judiciário que atuam no andamento do processo do processo, juízes, desembargadores, advogados e demais operadores do direito.

Fornecedores: Softplan Poligraph, Lexmark, Apada, Mr. Computer, Fujitsu

Data de término: 31/10/2012

Principais benefícios do projeto: Maior celeridade e economia no trâmite processual dada a ausência de atividades manuais; redução de custos operacionais e aumento da produtividade; maior transparência pela visualização das peças processuais na internet e automatização das atividades dos magistrados

divulgação



Dilthey:
redução
significativa
de documentos
impressos

O abastecimento de água de Vitória, sob controle.

Até junho de 2009, a existência de problemas relacionados ao vazamento ou abastecimento de água à população da região metropolitana de Vitória (ES), que abrange 1,6 milhão de habitantes de cinco municípios, só chegava ao conhecimento da Cesan (Companhia Espírito Santense de Saneamento) por meio de reclamações dos usuários através do serviço telefônico 115.

O tempo de resposta era lento. Mas o cenário mudou completamente quando a companhia instalou equipamentos – um sistema de telemetria, para transmissão de dados, e um de telecomando, para acionamento à distância – que fornece informações de campo em tempo real para a tomada de decisões. Foi o fim dos problemas decretado pelo projeto Gestão Remota dos Sistemas de Abastecimento de Água da Grande Vitória Através do CCO (Centro de Controle Operacional).

O principal impacto positivo para a população, principalmente, foi que as ações deixaram de ser apenas reativas. A gestão remota do

sistema de abastecimento de água permite a solução dos problemas antes que sejam percebidos pela população, diferentemente do que acontecia antes, aponta Maria da Glória Aubin Nascimento, gerente de engenharia de serviços da região metropolitana da Cesan.

Segundo ela, outros objetivos do projeto são a redução das perdas de água (através da redução do volume distribuído/disponibilizado), a diminuição do consumo de energia elétrica (por meio da otimização da operação das unidades de bombeamento) e a agilidade no tempo de identificação de vazamentos: “Esse projeto tem um viés ambiental, uma vez que tem como um dos objetivos a redução do desperdício da água”.

Glória descreve o cenário crítico existente antes da implementação do projeto. Em algumas situações, as unidades de bombeamento/elevatórios desligavam em consequência de problemas elétricos ou por ação de vândalos. “Quem avisava era a população”, conta. Além disso, por falta de monitoramento em tempo real, alguns reservatórios extravasavam e o consumo de energia elétrica, que é diretamente proporcional ao tempo de operação das unidades de bombeamento, aumentava a cada ano.

No projeto, um acanhado centro de controle deu lugar a outro bem mais moderno, enquanto sistemas de automação, que melhoram a gestão operacional do processo de abastecimento de água, foram instalados para monitoração remota de pontos distantes e de difícil acesso para a coleta de informações. “A nova realidade da empresa permite que através do Centro de Controle Operacional sejam identificados problemas de baixas pressões em variados pontos das redes de abastecimento, bem como falhas nas unidades de bombeamento e alarmes nos níveis dos reservatórios”, diz ela.

No modelo de gestão remota, o CCO se vale dos equipamentos de telemetria e de telecomando para identificar falhas e antecipar as soluções dos problemas dos processos de produção e distribuição de água, explica Glória.

Gestão Remota dos Sistemas de Abastecimento de Água da Grande Vitória Através do CCO (Centro de Controle Operacional)

Órgão Responsável: Cesan (Companhia Espírito Santense de Saneamento)

Custo: R\$ 5,3 milhões

Usuários: Profissionais das áreas de supervisão, controle e monitoramento

Fornecedor: NWN Automação e Controle

Data de término: O projeto entrou em produção em junho de 2009

Principais benefícios do projeto: A Cesan conseguiu se antecipar às ocorrências e solucionar os problemas sem que a população percebesse. Além disso, houve redução do consumo de energia elétrica, otimização da operação das unidades de bombeamento, agilidade no tempo de identificação de vazamentos e redução do volume distribuído/disponibilizado de água

dmugação



Glória: solução dos problemas antes que sejam percebidos pela população

Brasil Carinhoso: a agilidade da Caixa põe o programa no ar.

A área de Tecnologia da Informação da Caixa Econômica Federal se deparou com um grande desafio quando o governo federal lançou a Ação Brasil Carinhoso, que faz parte do Programa Brasil sem Miséria: um grupo de profissionais teve que correr para fazer as implementações necessárias no sistema, a fim de permitir o início de pagamento dos benefícios às famílias contempladas dentro do cronograma estabelecido.

Para se ter a exata dimensão da tarefa atribuída a 15 profissionais da área de TI da Caixa, a Ação Brasil Carinhoso foi lançada em junho de 2011. As implementações no sistema começaram em maio do ano passado e a primeira fase, abrangendo 2 milhões de famílias, entrou em produção em junho. Em dezembro, foi dada a largada para a segunda fase, que beneficia mais 1 milhão de famílias.

Concebido para garantir a renda mínima per capita de R\$ 70,00, o Brasil Carinhoso tem como objetivo a superação da pobreza extrema das famílias a que se destina. Na primeira etapa, foram contempladas todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que tem entre os seus integrantes crianças com até seis anos de idade. Em dezembro de 2012, passaram a ser contempladas com o benefício as que possuem crianças com até 15 anos.

“A Caixa tem um papel relevante nesse e em outros programas sociais, porque se posiciona como o agente operador de políticas públicas do governo federal. Nessa condição, assumiu o compromisso perante o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de, por meio de ações integradas e multidisciplinares, possibilitar o início do pagamento do benefício previsto na Ação Brasil Carinhoso em junho do ano passado”, explica Tiago Cordeiro de Oliveira, gerente executivo da GN Estruturação e Construção de Soluções de TI do banco.

De acordo com ele, foram feitas implementações no sistema para permitir desdobramentos e a ampliação do escopo do Brasil Carinhoso. A partir de março, o pagamento do benefício se estenderá à totalidade de famílias inseridas no Programa

Bolsa Família que possuem renda per capita menor ou igual a R\$ 70,00. Isso significa o acréscimo de mais 1,75 milhão de famílias, totalizando 4,8 milhões de famílias beneficiadas – o Bolsa Família, que visa a inclusão social por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais, atende mais de 11 milhões de famílias em todo o Brasil, segundo dados da Caixa.

Para tornar possível a execução do cronograma de pagamentos de benefícios, as soluções tecnológicas adotadas na execução do Programa Bolsa Família foram adequadas para o novo processo. “A solução de geração de folha de pagamento de benefícios sociais é desenvolvida em Cobol e executada em plataforma alta, em um ambiente com mainframe”, diz Tiago.

O projeto foi colocado em prática por etapas, conforme as regras do programa: desenvolvimento, homologação e acompanhamento do processo em produção.

Implementações para o Programa Brasil Carinhoso

Empresa responsável: Caixa Econômica Federal

Custo: Não informado

Usuários: Governo Federal

Fornecedores: SAP e Stefanini IT Solutions

Data de término: A primeira fase foi concluída em junho de 2012 e a segunda, em dezembro do ano passado.

Principais benefícios do projeto: Permitir a aplicação de políticas públicas pelo governo federal, alinhadas ao programa Brasil Sem Miséria

divulgação



Tiago: papel relevante da Caixa nos programas sociais

A Cesan faz monitoramento remoto do tratamento de esgoto

O monitoramento de estações de tratamento de esgoto não é das tarefas mais simples. O ambiente é hostil, devido à alta umidade, maresia, incidência solar e gases corrosivos presentes na decomposição do esgoto. Mesmo feito em lagoas próximas ou dentro de áreas urbanas, apresenta custos elevados por causa da necessidade de locomoção de pessoal e uso de equipamentos caros.

A saída encontrada pela Cesan (Companhia Espírito Santense de Saneamento) para contornar essas dificuldades foi o desenvolvimento de uma solução para o monitoramento sem-fio da Estação Tratamento de Esgoto (ETE) de Camburi, em Vitória, com capacidade de tratamento de 320 litros de esgoto por segundo, e localizada em uma área residencial com 50 mil habitantes.

A solução monitora os equipamentos eletromecânicos existentes na estação, entre eles os que são associados ao tratamento de esgoto (como os chamados aeradores superficiais) quanto a parâmetros climáticos: temperatura externa e

umidade relativa do ar. Segundo Thobias Tose, engenheiro de manutenção da Cesan, existem 17 aeradores superficiais na ETE, que ocupa uma área de aproximadamente 1,2 mil metros quadrados.

A monitoração dos equipamentos aeradores superficiais é fundamental para diminuir o cheiro proveniente da estação, minimizando o impacto sobre os moradores. “Com essa supervisão, é possível prever possíveis falhas nos equipamentos, evitando, assim, custos elevados com a manutenção e garantindo melhor eficiência no processo de tratamento”, diz Thobias.

O projeto começou a ser desenvolvido em meados de 2011 e o primeiro protótipo do sistema de telemetria e telecomando configurado no conceito de redes de sensores sem-fio foi instalado na lagoa em janeiro do ano seguinte. Atualmente, estão instalados quatro pontos ainda em fase de testes. Esse sistema designa um conjunto de especificações para a comunicação sem fio entre dispositivos eletrônicos, com ênfase na baixa potência de operação, no baixo consumo de energia e no baixo custo de implantação.

Segundo ele, o projeto é resultado de uma dissertação de mestrado em Engenharia Elétrica – muitos profissionais da empresa participam de cursos de pós-graduação na Universidade Federal do Espírito Santo: “Após todo o estudo teórico do tipo de tecnologia, da planta e das dificuldades de implementação associadas às características da estação, foi feita a aquisição dos componentes, confecção dos módulos, programação, testes em bancada e posteriormente testes na planta”.

Participaram do projeto um engenheiro eletricista e três técnicos da equipe de manutenção eletromecânica de esgoto. O investimento foi de apenas R\$ 2 mil. Segundo Thobias, as experiências feitas permitiram a construção de uma metodologia que poderá ser adotada em outras áreas da empresa. Como exemplos, ele cita monitoramento de hidrômetros para área comercial, sensoriamento de pontos de pressão no abastecimento de água de uma determinada região, controle de iluminação ou ainda as substituição de cabeamento de sensores das estações da empresa.

Monitoramento de Estações de Tratamento de Esgoto

Empresa Responsável: Cesan (Companhia Espírito Santense de Saneamento)

Custo: R\$ 2 mil

Usuários: Equipe de manutenção eletromecânica de esgoto

Fornecedores: Desenvolvida internamente, a solução é resultado de uma dissertação de mestrado na Universidade Federal do Espírito Santo

Data de Término: O projeto foi iniciado em meados de 2011 e em janeiro de 2012 foi instalado o primeiro protótipo do sistema de telemetria e telecomando

Principais Benefícios: Monitoramento remoto dos equipamentos instalados na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Campuri, em Vitória

divulgação



Thobias: metodologia que poderá ser adotada em outras áreas da empresa

O Rio Grande do Sul facilita o trabalho dos peritos

A proposta do sistema Laudo Pericial Eletrônico é gerar documentos periciais eletrônicos, assinados e certificados digitalmente para o Instituto Geral de Perícias do Estado do Rio Grande do Sul. “Vários departamentos foram unificados no Instituto Geral de Perícias (IGP) e necessitavam de um sistema padronizado e de uma plataforma única de troca de informações”, explica Giovane Eduardo Kellermann, gerente de projeto dos laudos eletrônicos da Procergs. Outra demanda era contar com uma ferramenta de gestão e apoio à tomada de decisão que garantisse a integridade e a confidencialidade das informações.

“Uma ferramenta para padronizar os laudos facilita a vida do perito, que não precisa se preocupar com detalhes não essenciais ao seu trabalho, além de dar andamento automático assim que termina de elaborar do documento”, diz Giovane.

A solução, segundo ele, organiza o fluxo eletrônico do trabalho pericial entre os sistemas integrados, iniciado no Centro Integrado de Operação da Segurança Pública - RS (CIOSP) e na Polícia Civil, com a elaboração do laudo pericial e assinatura digital: “O sistema permite otimizar o processo, diminuindo o tempo de elaboração do laudo, que não precisa mais ser digitado, até seu encaminhamento final”.

O sistema padronizou a geração de laudos, reduziu o uso do papel com a adoção da certificação digital, eliminou o armazenamento de cópias em papel e reduziu trabalhos manuais no IGP como conferência, arquivamento e expedição de laudos. “Outro ganho foi a entrega rápida do documento por meio da rede eletrônica de comunicação de dados do estado”, explica.

A automatização de processos permitiu ao IGP deslocar pessoas de tarefas burocráticas e repetitivas para atividades mais dinâmicas como a de atendimento das solicitações, melhorando a qualidade do serviço. Antes da automação, o processo levava de um a dois dias para a entrega dos laudos na capital e de dois a sete dias para entrega no interior. Se houvesse correção do laudo, segundo Giovane, esse tempo

era dobrado: “Agora, a emissão do laudo é instantânea, assim que o perito termina de redigir o documento. Um fluxo automático de trabalho permite que aquele laudo seja transmitido para a pessoa correta dentro do fluxo do processo”.

O laudo digital é armazenado em um repositório de dados que conta com uma ferramenta de gestão eletrônica de documentos. Isso permite pesquisas e estatísticas sobre as informações contidas nos laudos e cruzamento de dados, provendo o investigador, juiz ou delegado de mais informações sobre a ocorrência.

Hoje, 25% dos laudos do IGP são produzidos de forma eletrônica e até o ano que vem essa proporção deve chegar a 100%. Na avaliação dos benefícios do sistema, Giovane destaca que o ganho não é apenas financeiro, mas qualitativo: com a agilidade do processo, há uma efetiva melhora no atendimento das solicitações de laudos e mais qualidade das informações armazenadas.

Laudos Eletrônicos do Instituto Geral de Perícia - RS

Órgão Responsável: Procergs (Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul)

Custo: Não informado

Usuários: Peritos do Instituto Geral de Perícias
Fornecedores: Bannisul e Autoridade Certificadora do Estado (ACRS), para o fornecimento dos cartões com certificação digital

Data de término: Agosto de 2012

Principais benefícios do projeto: Padronização na geração de laudos; redução na utilização de papel pela adoção da certificação digital e de arquivos digitais; redução de trabalhos manuais no IGP; e rapidez na entrega do laudo pericial ao destino através da utilização da rede eletrônica de comunicação de dados do estado.

divulgação



Giovane:
 “O perito não precisa se preocupar com detalhes não essenciais ao seu trabalho”.

A Receita Federal cria um modelo de gestão pela qualidade

O relacionamento de empresas e pessoas físicas com a Receita Federal é cada vez mais informatizado. Para medir a satisfação do público externo e interno, a Receita desenvolveu o Modelo de Gestão de Serviços pela Qualidade (Gserv) para orientar metas e iniciativas. “A partir de normas editadas pelo Ministério do Planejamento, que regem a contratação de serviços e gestão financeira, o modelo permite medir o ciclo de contratação, gastos e retorno esperado dos fornecedores de serviços, orientando futuras ações”, explica Ronald Cesar Thompson, auditor e chefe da divisão de gestão de serviços da Receita Federal.

O Gserv reúne informações de diversas fontes, do público externo (contribuintes) e interno (servidores) e monta gráficos em tempo real sobre a satisfação dos serviços. Para ouvir o público externo, por exemplo, o sistema reúne informações da ouvidoria, onde o contribuinte é convidado a fazer uma rápida pesquisa de satisfação sobre o atendimento.

O desafio do projeto, segundo Ronald,

foi administrar de forma efetiva os serviços, para que não só obedecessem às imposições legais, como também usassem corretamente o recurso público e atendessem as expectativas da sociedade: “Antes do desenvolvimento do modelo, vivíamos uma gestão que buscava a correção de problemas que estavam em curso, em um processo caro, com alta exigência de recursos humanos e que, apesar de transparente, não constituía uma estratégia sistematizada”.

A Central de Serviços, que gerencia o atendimento de 40 mil servidores da Receita, é um importante indicador para o Gserv, a partir de avaliações feitas pelos usuários após o atendimento. Dados como tempo médio de atendimento e grau de resolução do problema vão formando um banco de dados de indicadores que são posteriormente acessados pelos gestores.

A central recebe 50 mil chamados internos por mês, incluindo os de suporte técnico. Os dados sobre os níveis de satisfação do atendimento são colocados em gráficos, em tempo real, oferecendo a visualização de como o serviço está hoje e onde quer chegar.

O Gserv sistematizou também indicadores contratuais para mensurar o serviço dos fornecedores. Se os níveis de qualidade não são alcançados, Ronald explica que isso gera descontos no contrato, tendo como consequência maior economia no orçamento: “A inovação está na forma de se organizar o processo e de definir um fluxo orientado a um objetivo único de melhora, pois o modelo Gserv apenas organiza em uma estrutura formal as metodologias e instrumentos legais já conhecidos e à disposição”. O objetivo final é ter o nome da instituição valorizado pela prestação de serviços de qualidade.

O modelo é composto de seis iniciativas: gestão de incidentes, gestão contratual por acordo de níveis de serviço, mensuração da satisfação percebida pela dimensão interna e externa, apuração dos resultados, indução ao processo de melhoria dos serviços e gestão do conhecimento.

Gserv - Modelo de Gestão de Serviços pela Qualidade

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda, Receita Federal do Brasil

Custo: Desenvolvimento interno

Usuários: 40 mil servidores da Receita Federal

Fornecedor: A própria Receita Federal

Data de término: Fase 1 concluída em dezembro de 2012

Principais benefícios do projeto: Permitir que a informação certa chegue a cada participante do processo, fazendo com que todos estejam orientados ao mesmo objetivo. Formalização contratual de como se dará a gestão de serviços e a mensuração por Acordo de Níveis Serviço (ANS).

dmugação



Ronald:
“A inovação está na forma de se organizar o processo e de definir um fluxo orientado a um objetivo único de melhora”.

O Rio controla a fila dos pacientes renais crônicos pela web

Desde julho de 2008, a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro organiza e controla pela Internet o serviço de atendimento a pacientes com problemas renais crônicos prestados pelas unidades habilitadas pelo SUS (Sistema Único de Saúde), com resultados interessantes: melhor gestão dos recursos financeiros públicos e mais oferta de vagas para quem busca tratamento médico.

Os benefícios citados por Wagner Barcelos, assessor chefe de TI da Secretaria de Saúde, dizem respeito ao projeto de implantação do Sistema TRS. A sigla TRS significa Terapia Renal Substitutiva. Ele cita outros ganhos importantes, como a agilidade no acesso ao serviço, sem burocracia, e redução da fila de espera.

A fila de espera é o ponto central do projeto. Wagner explica que todas as demandas de solicitação de tratamento para pacientes renais crônicos dos municípios do Rio de Janeiro são organizadas via portal na web por perfil de usuários com identificações e senhas pessoais. Dessa forma, é possível manter as solicitações em ordem cronológica: “Quem coloca o paciente no portal são os gestores municipais de saúde”.

Com o auxílio de uma ferramenta de georreferenciamento, a Secretaria da Saúde identifica as unidades de atendimento mais próximas, e com vagas, da residência dos pacientes. Através de um e-mail enviado automaticamente pelo portal, a unidade de atendimento escolhida e o gestor municipal são notificados a fazer contato com o paciente identificado na mensagem, com a orientação para procurar o serviço e começar o tratamento o mais rápido possível.

De acordo com Wagner, o início do tratamento ocorre quando a unidade de atendimento faz o check-in do paciente no portal. A partir desse momento, é emitido o instrumento de registro (IR) para o faturamento do paciente junto ao SUS. “Todas as demais solicitações de procedimento pertinentes ao tratamento do paciente devem ser registradas no portal para autorização do regulador estadual [Secretaria de Saúde]”, diz.

O portal emite novo IR para os procedimentos que necessitam ser faturados separadamente e mantém

um mapa de disponibilidade de vagas em âmbito estadual, que é atualizado dinamicamente, à medida que os pacientes são atendidos. As altas também devem ser registradas, para que as vagas sejam liberadas a outras pessoas que aguardam na fila.

Sobre a gestão dos recursos financeiros, ele revela que os ganhos foram possíveis porque, com o projeto, as unidades de atendimento deixaram de captar pacientes seguindo critérios de acesso desconhecido pelos gestores estadual e municipais: “Os tetos financeiros eram insuficientes para cobertura das despesas mensais, havendo necessidade de aumentá-los. Após o primeiro mês de funcionamento do portal, verificou-se sobreteto em alguns municípios”.

Segundo ele, o projeto pode ter desdobramentos: a Secretaria de Saúde vislumbra a possibilidade de integração da base de dados do TRS com a base da Central de Transplantes Estadual, de forma a organizar o fluxo de encaminhamento dos pacientes em tratamento de terapia renal substitutiva para fila de transplantes.

Sistema TRS

Órgão responsável: Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro

Custo: Não revelado

Usuários: Reguladores estaduais, gestores municipais, prestadores de serviços (unidades de atendimento)

Fornecedores: Ecosistemas & Editoração Ltda., Sun, Microsoft e Google Mapm

Data de término: Dezembro de 2008. O portal passa por evoluções constantes à medida que são identificadas oportunidades de melhoria no processo.

Principais benefícios do projeto: O ganho de qualidade de vida para o paciente renal crônico e a melhoria da gestão do recurso financeiro público do Sistema Único de Saúde no Estado do Rio de Janeiro.

A Sabesp atualiza o controle do abastecimento

A ferramenta usada para fazer a gestão do controle operacional de abastecimento de água na região metropolitana de São Paulo passou por um processo de atualização nos últimos dois anos, ganhando novas funcionalidades, para permitir o monitoramento das estações, reservatórios e elevatórias, bem como a tomada de decisões pelos operadores.

Realizada no período de setembro de 2010 a abril do ano passado, a atualização tecnológica é um procedimento de rotina desde que a ferramenta foi implantada pela Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), em 1988. O fator crítico, porém, é que tudo teve que ser feito em um ambiente de produção, que funciona durante 24 horas por dia e sete dias por semana, em um trabalho que exigiu, inclusive, a troca de equipamentos.

Batizado como Atualização da Versão do Novo Scoa (Sistema de Controle Operacional de Abastecimento), o projeto exigiu investimentos de R\$ 1,7 milhão, mas vem proporcionando resultados positivos. “Passamos

a ter um controle mais efetivo dos contratos de demanda de fornecimento de energia elétrica”, explica Wagner Preda Queiroz, técnico de gestão da célula de TI do departamento de planejamento, gestão e operação da produção da Sabesp.

Houve também uma redução na conta de energia elétrica, que é o principal item de custo da companhia. Com o maior controle, foi possível diminuir, ainda, as perdas de adução de água no processo de abastecimento, acrescenta Wagner.

Sobre o desafio de promover a atualização tecnológica do sistema Scoa sem interromper a produção, José Luiz Januário, analista de gestão da mesma unidade, informa que esse processo ocorreu tanto no servidor quanto nas estações que rodam nos postos de operações. A arquitetura baseada no modelo cliente/servidor, que caracteriza o ambiente de TI da Sabesp, foi preservada.

Além de incluir novas funcionalidades no software, foram instalados dois novos servidores em uma configuração de cluster. “Após a inserção das máquinas novas, tivemos que deixar as duas aplicações rodando no mesmo nível, enquanto era feita a substituição das aplicações dos clientes”, explica. O projeto abrangeu seis postos de controle, sendo três em nível de operação, um de encarregado, outro dedicado ao desenvolvimento e treinamento. O sexto posto é uma ambiente remoto, que permite conexões com a plataforma Scoa.

Os operadores que atuam nos seis postos – 15 pessoas no centro de controle e mais 40 usuários nos centros remotos – utilizam a ferramenta para fazer o gerenciamento do abastecimento de água na região metropolitana, o que implica, muitas vezes, acionamento de motobombas, abertura e fechamento de válvulas, controle dos níveis de reservatórios de captação para a Estação de Tratamento de Água (ETA).

Na primeira etapa do projeto houve a adequação da base de dados para a nova versão do Scoa, seguida do treinamento dos colaboradores da área de TI (para conhecer os novos recursos da aplicação), testes preliminares no site da Sabesp (e comissionamento desses testes), operação assistida e instalação das máquinas para homologação.

fotos divulgação



Wagner e Januário: atualização, sem interromper a produção.

Atualização do NovoSCOA (Sistema de Controle Operacional de Abastecimento)

Empresa Responsável: Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo)

Custo: R\$ 1,7 milhão

Usuários: Operadores dos centros e postos de controle

Fornecedor: Siemens

Data de Término: Abril de 2012

Principais benefícios do projeto: Controle mais efetivo dos contratos de demandas de energia elétrica e redução das perdas de adução de água no processo de abastecimento

Um portal para monitorar o Rio sem Miséria

A disponibilidade de informações é o principal suporte tecnológico do Plano Rio Sem Miséria – Plano de Erradicação da Pobreza Extrema no Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), dividido em módulos e com alcance em 92 cidades. Dados referentes à condução do plano são consolidados em um portal e podem ser acessados por gestores públicos estaduais e municipais para auxiliar na elaboração de políticas sociais direcionadas à população.

Mas são também a premissa que motivou o projeto A Inteligência de Negócio Aplicada ao Plano Rio Sem Miséria, conduzido pelo Proderj (Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro). O desenvolvimento partiu da constatação de que as informações coletadas são insumos essenciais, não apenas para análises e diagnósticos sociais, mas principalmente para o monitoramento e acompanhamento das ações.

De acordo com José Coelho Gioia, diretor executivo do Proderj, o projeto começou a sair do papel em março de 2011: “Apesar de receber trimestralmente do Ministério do Desenvolvimento Social a base do Cadastro Único e a Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família, a SEASDH na tinha nenhum processo para a institucionalização e utilização dessas informações como insumo para o monitoramento ou execução de políticas públicas”.

Em outubro de 2011, a SEASDH e o Proderj idealizaram a construção de um portal com informações gerenciais para suportar o trabalho de monitoramento e acompanhamento do Plano Rio Sem Miséria. No ar desde junho do ano passado, o portal RSM, como foi batizado, é alimentado com dados extraídos de diferentes bases: Cadastro Único de Programas Sociais, Folha de Pagamentos dos Programas Renda Melhor e Renda Melhor Jovem e Folha do Bolsa Família.

Segundo o diretor-executivo do Proderj, com a disponibilidade das informações gerenciais fornecidas pelo portal RSM, o estado e os gestores municipais podem visualizar a realidade dos 92 municípios contemplados pelo Plano Rio Sem Miséria, elaborar diagnósticos para identificar

oportunidades e fragilidades, e planejar as ações estratégicas direcionadas aos segmentos sociais mais vulneráveis em cada município.

Um dos desafios do projeto, entretanto, foi trabalhar com a base de dados do Cadastro Único Nacional, ou seja, entender e organizar as informações de forma útil aos gestores estaduais e municipais. “Outro desafio a ser superado é a utilização da informação como insumo para a elaboração de diagnóstico, planejamento e tomada de decisão”, avalia.

Dos programas que formam a base de dados do portal RSM, dois são módulos do Plano Rio Sem Miséria: o Programa Renda Melhor, que beneficia 249 mil famílias e o Renda Melhor Jovem, que atendeu 2.612 jovens no ano passado e deve atingir um universo de 60 mil em 2013. Ambos estão implantados em 51 municípios e a previsão é acrescentar mais 40 cidades este ano.

A Inteligência de Negócio aplicada ao Plano Rio Sem Miséria

Órgão responsável: Proderj (Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro)

Custo: Não informado

Usuários: gestores da SEASDH, dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro e de outras secretarias estaduais

Fornecedores: SAP Brasil, Microsoft, FirstDecision, Stefanini IT Solutions

Data de Término: em andamento (lançamento primeira fase – Junho/2012)

Principais Benefícios do Projeto: Disponibilidade de informações gerenciais no portal RSM, para monitoração e acompanhamento do Plano Rio Sem Miséria em cada município

divulgação



José: acompanhamento do plano em 92 municípios

A polícia de Minas padroniza as perícias técnicas

A Polícia Civil de Minas Gerais buscava centralizar e padronizar as informações sobre perícias técnicas que recebia. Uma equipe da Prodemge (Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais) partiu então para o desenvolvimento do sistema Laudos Periciais Eletrônicos. “O objetivo foi modernizar e agilizar todo o processo de elaboração de laudos pelos diversos institutos que elaboram perícias em todo o estado”, diz Ladimir Lourenço dos Santos Freitas, gerente de sistemas e segurança civil da Prodemge.

Ao fazer no sistema, a requisição da perícia (realizada geralmente por um delegado ou juiz) é enviada automaticamente para um técnico na localidade da ocorrência, que recebe um formulário que é padrão para todos os 835 municípios mineiros. De forma intuitiva, ele vai preenchendo as respostas, seguindo etapas padronizadas de perícia. Se for necessário um

exame de DNA, a requisição vai diretamente para a pessoa responsável em receber o material, dando mais agilidade ao processo.

Um dos maiores ganhos foi a padronização da perícia, com um modelo de laudo único, definido pelo gestor do sistema. Quando o perito está em campo, baixa o laudo em seu notebook ou tablet e depois transmite as informações pela Internet. Caso não tenha banda larga, ele preenche o laudo off-line e envia as informações posteriormente do instituto da cidade. Ao terminar o laudo, assina eletronicamente, garantindo a autenticidade do documento. Ao finalizar, o sistema notifica a conclusão do laudo e envia automaticamente para o requisitante. “Ganhamos tempo na finalização do laudo, que levava muitos dias para ser entregue ao juiz ou delegado. Hoje, o laudo é enviado instantaneamente para o requisitante, assim que é concluído”, diz. O sistema de inquérito também está integrado ao laudo eletrônico, agilizando a investigação.

O banco de dados unificado, segundo Ladimir, permite ao investigador ter dados precisos sobre determinada ocorrência, comparando-a com outras armazenadas no sistema: “É possível relacionar um crime, por exemplo, com outros semelhantes na região”.

O sistema mede a produtividade dos peritos, além de integrar textos, fotos, vídeos e outros arquivos digitais. “Tudo isso fica disponível no laudo para o investigador ou delegado e pessoas autorizadas ao acesso às informações”, explica.

O sistema entrou em funcionamento no ano passado no Instituto Médico Legal (IML) de Belo Horizonte, que está 100% automatizado. O próximo passo é a estender seu uso para outros institutos no interior do estado.

A ferramenta está hospedada na Prodemge, que oferece ambiente seguro e redundância de dados. “O sistema aceita até 2 mil usuários simultâneos e tem atendido 50 mil inquéritos por mês”, diz Ladimir.

Laudos Periciais Eletrônicos em Minas Gerais

Órgão Responsável: Prodemge (Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais)

Custo: Aproximadamente R\$ 1,5 milhão

Usuários: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, Instituto Médico Legal, Instituto de Criminalística e Instituto de Identificação.

Fornecedores: Prodemge, Oracle e Software AG

Data de término: Setembro de 2011

Principais benefícios do projeto: Modernização, segurança, economia e agilidade no processo de requisição, elaboração e entrega de laudos periciais. Resulta na melhoria da atividade de investigação criminal, beneficiando diretamente o cidadão mineiro.

divulgação



Ladimir:
“É possível relacionar um crime, por exemplo, com outros semelhantes na região”.

1. Razão social da empresa
2. Telefone
3. Cidade

4. Estado
5. E-Mail
6. Home Page

7. Responsável pela área de governo
8. Principal atividade

. ABACOMM

1. Abacomm Brasil CCV S/A; 2. 21 4004-0143; 3. Rio de Janeiro; 4. RJ; 5. contato@abacomm.com.br; 6. www.abacomm.com.br; 8. Desenvolvedor de Software.

. ACECO TI

1. Aceco TI Ltda; 2. 11 2164-7100; 3. São Paulo; 4. SP; 5. acecoti@acecoti.com.br; 6. www.acecoti.com.br; 7. João Lúcio dos Reis Filho; 8. Prestador de Serviços.

. ACCENTURE

1. Accenture do Brasil Ltda; 2. 11 5188-5951; 3. São Paulo; 4. SP; 5. raquel.muniz.barreto@accenture.com; 6. www.accenture.com.br; 7. Ronald Munk; 8. Prestador de Serviços.

. ACRTRADE TECNOLOGIA

1. Acrtrade Comércio Serviço e Tecnologia Ltda; 2. 71 3362-9358; 3. Salvador; 4. BA; 5. anderson@acrtrade.com.br; 6. www.acrtrade.com.br; 7. Anderson Guimarães Bragança; 8. Prestador de Serviços e Revenda.

. AÇÃO INFORMÁTICA

1. Ação Informática Brasil Ltda; 2. 11 3508-2222; 3. São Paulo; 4. SP; 5. contato@acao.com.br; 6. www.acao.com.br; 7. Mauricio David Teixeira; 8. Distribuidor.

. ADOBE

1. Adobe Systems Brasil Ltda; 2. 11 2175-9595; 3. São Paulo; 4. SP; 5. jrifeiro@adobe.com; 6. www.adobe.com.br; 7. José Eduardo Ribeiro; 8. Desenvolvedor de Software.

. ADR3

1. ADR3 Distribuição e Comércio de Eletrônicos Ltda; 2. 11 2808-6830; 3. Cotia; 4. SP; 5. vendas@adr3.com.br; 6. www.adr3.com.br; 7. Paulo Maximo de Faria; 8. Distribuidor

. ADVANTA - CONECTIVIDADE INTELIGENTE

1. Advanta Sistemas de Telecomunicações e Serviços de Informática Ltda; 2. 11 4504 5983; 3. Santana de Parnaíba; 4. SP; 5. alexandre.rillo@advanta.com.br; 6. www.advanta.com.br; 7. Ronaldo Lopes; 8. Prestador de Serviços.

. AGILITY NETWORKS

1. Agility Networks Tecnologia Ltda; 2. 11 3026-3850; 3. São Paulo; 4. SP; 5. geraldovanberghem@agilitynetworks.com.br; 6. www.agilitynetworks.com.br; 7. Geraldo Vanberghem; 8. Integrador

. AGINET

1. Aginet Comércio e Serviços de Informática Ltda; 2. 11 3473-9160; 3. São Paulo; 4. SP; 5. aginet@aginet.com.br; 6. www.aginet.com.br; 7. Carla Rezende; 8. Revenda.

. AGIS DISTRIBUIÇÃO

1. AGIS Equipamentos e Serviços de Informática Ltda; 2. 19 3756-4600; 3. Campinas; 4. SP; 5. contato@agis.com.br; 6. www.agis.com.br; 7. Fernando Martins; 8. Distribuidor

. AGORA TELECOM

1. Agora Soluções em Telecomunicações Ltda; 2. 11 4058-9600; 3. São Paulo; 4. SP; 5. agoratelecom@agoratelecom.com.br; 6. www.agoratelecom.com.br; 7. Vail Gomes; 8. Distribuidor

. ADDED - SOLUÇÕES EM TI

1. Added Computer & Telephony Comércio e Serviços Ltda; 2. 11 2126-3696; 3. São Paulo; 4. SP; 5. adonai.silva@added.com.br; 6. www.added.com.br; 7. Adonai Silva; 8. Integrador

. ADR3

1. ADR3 Distribuição e Comércio de Eletrônicos Ltda; 2. 11 2808-6830; 3. Cotia; 4. SP; 5. vendas@adr3.com.br; 6. www.adr3.com.br; 7. Paulo Faria; 8. Distribuidor.

. AKER SECURITY SOLUTIONS

1. Aker Consultoria e Informática Ltda; 2. 61 3038-1900; 3. Brasília; 4. DF; 5. faleconosco@aker.com.br; 6. www.aker.com.br; 7. Cleber Ribas; 8. Desenvolvedor de Software e Fabricante de Hardware.

. AKIYAMA

1. Akiyama Ind. e Com. de Equip. Ele. e Sistemas Ltda; 2. 41 3028-0222; 3. Curitiba; 4. PR; 5. akiyama@akiyama.com.br; 6. www.akiyama.com.br; 8. Integrador

. AKTTOM SISTEMAS

1. Akttom Sistemas Ltda; 2. 11 3045-0295; 3. São Paulo; 4. SP; 5. atendimento@aksistemas.com.br; 6. www.aksistemas.com.br; 7. Fabio Iko Motta; 8. Desenvolvedor de Softwares

Aynil Soluções

. AYNIL

1. Aynil Soluções S/A; 2. 11 4134-8000; 3. Barueri; 4. SP; 5. aynil@aynil.com.br; 6. www.aynil.com.br; 7. José Carlos Scheidt; 8. Integrador

. ALCATEL-LUCENT

1. Alcatel-Lucent Brasil S/A; 2. 11 2947 8133; 3. São Paulo; 4. SP; 5. alcatel_lucent.brasil@alcatel-lucent.com; 6. www.alcatel-lucent.com.br; 7. Luiz Carlos Abud; 8. Fabricante de Hardware e Integrador



. ALGAR TECNOLOGIA

1. Algar Tecnologia e Consultoria S/A; 2. 0800 342525; 3. Uberlândia; 4. MG; 5. agenduemavisita@algartecnologia.com.br; 6. www.algartecnologia.com.br; 7. Nelson Serranegra de Paiva; 8. Prestador de Serviços;

. ALGAR TELECOM

1. Cia de Telecomunicações do Brasil Central; 2. 0800 941 2822; 3. Uberlândia; 4. MG; 5. governo@algartelecom.com.br; 6. www.algartelecom.com.br; 7. Antônio Carlos Allig; 8. Prestador de Serviços

. ALL NATIONS

1. All Nations Comércio Exterior S/A; 2. 21 3523-8000; 3. Rio de Janeiro; 4. RJ; 5. corporativo@allnations.com.br; 6. www.allnations.com.br; 7. Cristiane Frutuos; 8. Distribuidor

. ALOG DATA CENTERS DO BRASIL

1. ALOG Data Centers do Brasil S/A; 2. 21 3083-3333; 3. Rio de Janeiro; 4. RJ; 5. atendimento@alog.com.br; 6. www.alog.com.br; 7. Eduardo Carvalho; 8. Prestador de Serviços.

. ADVANCED MICRO DEVICES - AMD

1. AMD South America Ltda; 2. 11 3478-2150; 3. São Paulo; 4. SP; 5. eduardo.moreira@amd.com; 6. www.amd.com.br; 7. Eduardo Moreira; 8. Fabricante de Hardware

. APORTE

1. Aporte Gestão Empresarial e Tecnologia da Informação Ltda; 2. 47 3121-7500; 3. Joinville; 4. SC; 5. comercial@aporte.com; 6. www.aporte.com; 7. Marcos Stefano Draczynski; 8. Fabricante de Hardware, Distribuidor e Desenvolvedor de Software

. ARGIMOM

1. Argimom Telecomunicação Ltda; 2. 11 4225 8888; 3. São Caetano do Sul; 4. SÃO PAULO; 5. argimom@argimom.com.br; 6. www.argimom.com.br; 7. José Manuel Alvarez Calzada; 8. Integrador, Prestador de Serviços e Revenda

. ASGA

1. AsGa S/A; 2. 19 3517-6464; 3. Paulínia; 4. SP; 5. comercial@asga.com.br; 6. www.asga.com.br; 8. Desenvolvedor de Software e Fabricante de Hardware.

. ASSA

1. IDS Integrated Business Solutions Consultoria Ltda; 2. 11 5508-0900; 3. São Paulo; 4. SP; 5. marketingbr@grupoassa.com; 6. www.grupoassa.com.br; 7. Federico Tagliani; 9. Prestador de Serviços

. GRUPO ASSESSOR PÚBLICO

1. MV&P Tecnologia em Informática Ltda; 2. 18 2102-6000; 3. Araçatuba; 4. SP; 5. assessorpublico@assessorpublico.com.br; 6. www.assessorpublico.com.br; 8. Desenvolvedor de Software

astrein
Informação ao seu alcance

Com mais de 20 anos de experiência, a Astrein atua no desenvolvimento de software, soluções para padronização de central de cadastro e gestão de ativos. Modelos de negócio: Base de dados, Software especialista e Serviços de padronização de cadastros. Com mais de 400 clientes, dentre eles estão: SEFAZ-SP, SEPLAG-MG, SEPLAG-RJ, SEGER-ES.

1. Astrein Engenharia de Manutenção S/A; 2. 11 2824-5100; 3. São Paulo; 4. SP; 5. marketing@astrein.com.br; 6. www.astrein.com.br; 7. Alexandre Siqueira; 8. Desenvolvedor de software.

. ASYST INTERNATIONAL + RHEALEZA

1. Asyst Internacional Serviços de Informática Ltda; 2. 11 2879-2400; 3. São Paulo; 4. SP; 5. contato@asystinternational.com; 6. www.asystinternational.com; 7. Casseano Filho; 8. Prestador de Serviços

. AVAYA

1. Avaya Brasil Ltda; 2. 11 5185-6200; 3. São Paulo; 4. SP; 5. marketing@avaya.com; 6. www.avaya.com.br; 7. Nelson Campelo; 8. Prestador de Serviços.



Desde 2003 atuando com grande experiência em integração no mercado público e corporativo, oferecendo soluções de valor agregado. Operadora com licença SCM desde 2007, presente em 13 estados com rede óptica própria, permitindo agilidade e competitividade na oferta de serviços de telecomunicações.

1. Avvio Soluções em Telecomunicações e Informática Ltda; 2. 11 3868-9850; 3. São Paulo; 4. SP; 5. oscar.giordano@avvio.com.br; 6. www.avvio.com.br; 7. Renato Rosa; 8. Prestador de Serviços

. AZ INFORMÁTICA

1. AZ Informática Ltda; 2. 67 3303-2700; 3. Campo Grande; 4. MS; 5. fmarlon@azi.net.br; 6. www.azi.com.br; 7. Marlon F. Gonçalves; 8. Desenvolvedor de Software.

. BARCO

1. Barco Ltda; 2. 11 3842-1656; 3. São Paulo; 4. SP; 5. audir.martins@barco.com; 6. www.barco.com; 7. Audir Martins; 8. Fabricante de Hardware

. BCM ENGENHARIA

1. Bcm Engenharia Ltda; 2. 51 3374-3899;
3. Porto Alegre; 4. RS;
5. bcm@bcmautomacao.com.br;
6. www.bcmautomacao.com.br;
7. Solange de Azevedo;
8. Fabricante de Hardware;

. BDMG

1. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A;
2. 31 3219-8000; 3. Belo Horizonte; 4. MG;
6. www.bdmg.mg.gov.br/;
8. Prestador de Serviços

. BEMATECH

1. Bematech S/A; 2. 11 2122-474; 3. Curitiba;
4. PR; 5. marina.fujii@bematech.com.br;
6. www.bematech.com.br;
8. Desenvolvedor de Software, Fabricante de Hardware e Prestador de Serviços



A Benner é líder em desenvolvimento de soluções de Autogestão e Saúde Pública. Está entre as maiores empresas de Software do Brasil, desenvolve soluções específicas em SQA e aplicativos de gestão para administração pública, sistemas de ERP, RH, EAD, Gestão de Patrimônio, Almoxarifado, Contratos e Processos Jurídicos, manutenção e telemetria de Frotas.

1. Benner Sistemas S/A; 2. 11 2109-8500
3. São Paulo; 4. SP;
5. lucrecia.oliveira@benner.com.br;
6. www.benner.com.br; 7. Lucrecia Oliveira;
8. Desenvolvedor de Software

. BHS

1. Belo Horizonte Sistemas Ltda; 2. 31 3071-9060;
3. Belo Horizonte; 4. MG;
5. gilberto.fialho@bhs.com.br;
6. www.bhs.com.br; 7. Gilberto Zica Fialho;
8. Desenvolvedor de Software e Prestador de Serviços

. GRUPO BINÁRIO

1. Binário Distribuidora de Equipamentos Eletrônicos Ltda; 2. 11 3704-0400; 3. São Paulo;
4. SP; 5. mktgrupobinario@binarionet.com.br;
6. www.binarionet.com.br; 7. Douglas Alvarez;
8. Integrador

. BIZMART

1. Bizmart Tecnologia da Informação Ltda;
2. 31 3071-9095; 3. Belo Horizonte; 4. MG;
5. joao.fialho@bizmart.com.br;
6. www.bizmart.com.br; 7. João Paulo Zica Fialho;
8. Integrador, Prestador de Serviços e Revenda.

. BLACKBULL NETWORK

1. Ata Comércio e Serviços de Informática Ltda;
2. 61 3039-8610; 3. Brasília; 4. DF;
5. comercial@blackbullbrasil.com;
6. www.blackbullbrasil.com; 8. Integrador

. BMC SOFTWARE

1. BMC Software do Brasil Ltda; 2. 11 2183-6000;
3. São Paulo; 4. SP; 5. alessandra_silva@bmc.com;
6. www.bmc.com; 7. Sigmar Frota;
8. Desenvolvedor de Software

. BOXFILE

1. Boxfile Importação e Exportação Ltda;
2. 11 3089-9300; 3. São Paulo; 4. SP;
5. corporate@boxfile.com.br
6. www.boxfile.com.br 7. Pascal Toque;
8. Integrador

. BRASOFTWARE

1. Brasoftware Informática Ltda; 2. 11 3179-6900;
3. São Paulo; 4. SP;
5. governo@brasoftware.com.br;
6. www.brasoftware.com.br; 7. Viviani Hupp;
8. Revenda

. BRCONNECTION

1. Brconnection Com. e Serv. de Informática Ltda;
2. 11 2165-8888; 3. São Paulo; 4. SP;
5. governo@brc.com.br; 6. www.brc.com.br
7. Marcos Farache; 8. Desenvolvedor de Software

. BRISA

1. BRISA – Sociedade para o Desenvolvimento da Tecnologia da Informação; 2. 11 3956-2030;
3. 3956-2031; 4. São Paulo; 5. SP;
6. brisa@brisa.org.br; 7. www.brisa.org.br;
8. Solon Lemos Pinto; 9. Prestador de Serviços.

. BT

1. BT Communications do Brasil Ltda;
2. 11 4700-9800; 3. São Paulo; 4. SP;
5. latin.america@bt.com; 6. www.bt.com/brasil
7. Rodolfo Leão; 8. Prestador de Serviços

. BRQ IT SERVICES

1. BRQ IT Services; 2. 11 2126-7000; 3. São Paulo;
4. SP; 5. brq@brq.com 6. www.brq.com;
7. Andrea Quadros; 8. Prestador de Serviços;

. BRTOKEN

1. BRToken Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda; 2. 11 4612-8334; 3. São Paulo;
4. SP; 5. cesar@brtoken.com.br;
6. www.brtoken.com.br; 7. César Lovisaro Neto;
8. Desenvolvedor de Software e Fabricante de Hardware

. BULL

1. BULL Ltda; 2. 11 3824.4765; 3. São Paulo;
5. SP; 6. felipe.veloso@lam-bull.com;
7. www.bull.com.br;
8. Felipe Velloso dos Santos;
9. Desenvolvedor de software, Distribuidor, Fabricante de Hardware, Integrador e Prestador de Serviços.

. CESAR

1. C.E.S.A.R - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife; 2. 81 3425 4701; 3. Recife;
4. PE; 5. contato@cesar.org.br;
6. www.cesar.org.br; 7. Eduardo Peixoto;
8. Desenvolvedor de Software

. CA TECHNOLOGIES

1. CA Programas de Computador, Participações e Serviços Ltda; 2. 11 5503-6000; 4. São Paulo;
5. SP; 6. lamarketing@ca.com; 7. www.ca.com/br;
8. Carlos Renato Fernandes;
9. Desenvolvedor de Software.

. CAS Tecnologia;

1. CAS Tecnologia; 2. 11 3287 2227; 3. São Paulo;
4. SP; 5. info@castecnologia.com.br;
6. www.castecnologia.com.br;
7. Simone Ossuna;
8. Desenvolvedor de Software, Fabricante de Hardware, Integrador e Prestador de Serviços.

. CAST

1. Cast Informática S/A; 2. 61 3429-7300; 3. Brasília;
4. DF; 5. comercial.governo@cast.com.br;
6. www.cast.com.br; 7. Marcus Edrisse;
8. Desenvolvedor de Software

. SCANSOURCE CDC BRASIL

1. CDC Brasil Distribuidora de Tecnologias Especiais Ltda; 2. 41 2169-6500; 3. Curitiba; 4. PR;
5. contato@scansource.com.br;
6. www.scansource.com.br 7. Leandra Fonseca;
8. Distribuidor

. CELEPAR

1. Cia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná; 2. 41 3200-6106;
3. Curitiba; 4. PR; 5. jleite@celepar.pr.gov.br;
6. www.celepar.pr.gov.br
7. Lúcio Alberto Hansel; 8. Prestador de Serviços

. CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL

1. Certisign Certificadora Digital S/A;
2. 11 4501-1860; 3. São Paulo; 4. SP;
5. mkt@certisign.com.br; 6. www.certisign.com.br;
7. Paulo Iijima; 8. Desenvolvedor de Software e Revenda.

. CIMCORP

1. Cimcorp Comércio Internacional e Informática S/A;
2. 11 3759-3800; 3. São Paulo; 4. SP;
5. jroberto@cimcorp.com.br;
6. www.cimcorp.com.br;
7. Jose Roberto I Rodrigues; 8. Integrador

. CISCO

1. Cisco do Brasil Ltda; 2. 11 5508-9999;
3. São Paulo; 4. SP; 5. cisco-responde@cisco.com;
6. www.cisco.com.br; 7. Amos Maidantchik;
8. Desenvolvedor de Software, Fabricante de Hardware

. CITRIX

1. Citrix Sistemas do Brasil Ltda; 2. 11 3816-5363;
3. São Paulo; 4. SP; 5. ruver.damasio@citrix.com;
6. www.citrix.com.br; 7. Ruver Damasio;
8. Desenvolvedor de Software

. CLARO

1. Claro S/A; 2. 31 8329-3757; 3. São Paulo; 4. SP;
5. alexandre.mello@claro.com.br;
6. www.claro.com.br 7. Alexandre de Mello Silva
8. Prestador de Serviços

. CLICBUSINESS

1. Clicbusiness Software S/A; 2. 48 2106-7880;
3. Florianópolis; 4. SC;
5. atendimento@clibusiness.com.br;
6. www.clicbusiness.com.br; 7. Gérson Schmitt;
8. Desenvolvedor de Software

. COMPUSOFTWARE

1. Compusoftware Informática Ltda;
2. 11 3320-9250; 3. Santana de Parnaíba; 4. SP;
5. paula.ventura@compusoftware.com.br;
6. www.compusoftware.com.br;
7. Adriano Vieira; 8. Revenda.

. COMPUWARE

1. Compuware do Brasil S/A; 2. 11 3566-2797;
3. São Paulo; 4. SP;
5. leticia.missali@compuware.com;
6. www.compuware.com; 7. Ronaldo Lungui;
8. Revenda.

. CONSIST

1. CONSIST Business Software Ltda;
2. 11 5693-7000; 3. São Paulo; 4. SP;
5. consist@consist.com.br;
6. www.consist.com.br; 7. Pablo Kipersmit;
8. Desenvolvedor de Software.

. CAPGEMINI

1. CPM Braxis S/A; 2. 11 3708-9100; 3. Barueri;
4. SP; 5. info.br@capgemini.com;
6. http://br.capgemini.com;
7. Janine Carvalho Santos;
8. Prestador de Serviços.

. CPQD

1. Fundação CPQD - Centro de Pesquisa e Des. em Telecomunicações; 2. 19 3705-6826; 3. Campinas
4. São Paulo; 5. everton@cpqd.com.br;
6. www.cpqd.com.br;
7. Eduardo de Andrade Bernal;
8. Desenvolvedor de Software, Integrador e Prestador de Serviços

. CRIVO TRANSUNION

1. Crivo Sistemas em Informática S/A;
2. 11 5904-7830; 3. São Paulo; 4. SP;
5. contato@crivotransunion.com.br;
6. www.crivotransunion.com.br;
7. Camila Bernardo; 8. Desenvolvedor de Software



A CSC BRASIL é líder em serviços ITSM. Conta com profissionais qualificados e fortes parceiros de tecnologia. Oferece serviços, consultoria e soluções de ponta a ponta nas áreas de gerenciamento de infraestrutura, gestão de serviços, automação de processos, inteligência do negócio e gestão de ativos corporativos.

1. CSC BRASIL Sistemas Ltda; 2. 21 3216-9444;
3. Rio de Janeiro; 4. RJ; 5. info@cscbrasil.com.br;
6. www.cscbrasil.com.br; 7. Gilberto Coelho;
8. Distribuidor

1. Razão social da empresa
2. Telefone
3. Cidade

4. Estado
5. E-Mail
6. Home Page

7. Responsável pela área de governo
8. Principal atividade

. DAGGATT

1. Daggatt Tecnologia Ltda; 2. 21 3078-2222; 3. Rio de Janeiro; 4. RJ; 5. marilda@2rdatatel.com.br; 6. www.2r.com.br; 7. Robson Botelho; 8. Revenda.

. DAMOVO

1. Damovo do Brasil S/A; 2. 11 3365-6300; 3. São Paulo; 4. SP; 5. brmarketing@damovo.com; 6. www.damovo.com; 7. Antenor Paglione; 8. Integrador.

. DEDALUS

1. Dedalus Prime Sistemas e Serviços de Informática Ltda; 2. 11 3049-0150; 3. São Paulo; 4. SP; 5. dedalus@dedalusprime.com.br; 6. www.dedalus.com.br; 7. Mauricio Fernandes; 8. Prestador de Serviços.

. DELL

1. Dell Computadores do Brasil Ltda; 2. 0800 9703384; 3. Eldorado do Sul; 4. RS; 5. oportunidade_governo@dell.com; 6. www.dell.com.br; 7. Diego Puerta; 8. Fabricante de Hardware e Prestador de Serviços.

. DIAGRAMA TECNOLOGIA

1. Diagrama Tecnologia Ltda.-ME; 2. 71 3379-3535; 3. Lauro de Freitas; 4. BA; 5. contato@diagramatecnologia.com.br; 6. www.diagramatecnologia.com.br; 7. Carlos Eduardo Pereira; 8. Integrador.

. DIEBOLD

1. Procomp Amazônia Indústria Eletrônica Ltda; 2. 11-3643-3000; 3. São Paulo; 4. SP; 5. marketing.brasil@diebold.com; 6. www.diebold.com.br; 7. Carlo Benedetto; 8. Fabricante de Hardware

. DIGICOMP ENGENHARIA E TECNOLOGIA

1. Digicomp Engenharia Ltda; 2. 31 2513 4200; 3. Belo Horizonte 4. MG; 5. digicomp@digicomp.com.br; 6. www.digicomp.com.br; 7. Fernando Felix de Oliveira; 8. Prestador de Serviços.

. DIGISTAR

1. Digistar Telecomunicações S/A; 2. 51 3579-2200; 3. São Leopoldo; 4. RS; 5. muriloo@digistar.com.br; 6. www.digistar.com.br; 7. Murilo Greenhalgh Carneiro; 8. Fabricante de Hardware.

. DIGITEL

1. Digitel S/A Indústria Eletrônica; 2. 51 3238-9999; 3. Alvorada; 4. RS; 5. faleconosco@digitel.com.br; 6. www.digitel.com.br; 7. Miria Bloedow; 8. Fabricante de Hardware

. DÍGITRO

1. Dígitro Tecnologia Ltda; 2. 48 3281-7000; 3. 3281-7299; 4. Florianópolis; 5. SC; 7. www.digitro.com; 8. Edmundo Fortkamp; 9. Desenvolvedor de Software, Fabricante de Hardware, Integrador e Prestador de Serviços.

. DISOFT

1. DISOFT Solutions S/A; 2. 11 3088-1188; 3. São Paulo; 4. SP; 5. marca@disoft.com.br; 6. www.disoft.com.br; 7. Alexandre Corigliano; 8. Desenvolvedor de Software.

. DLM

1. DLM Consultoria e Informática Ltda; 2. 11 4168-3004; 3. Barueri; 4. SP; 5. rogerio@dlminfo.com.br; 6. www.dlminfo.com.br; 7. Rogerio; 8. Desenvolvedor de Software e Prestador de Serviços

. DMSTOR INFORMÁTICA

1. DMSTOR Informática Ltda; 2. 11 3801-4168; 3. São Paulo; 4. SP; 5. contato@dmstor.com.br; 6. www.dmstor.com.br; 7. Paula Rezende; 9. Revenda e Prestador de Serviços.

. DOCUMENTAR

1. Documentar Tecnologia e Informação Ltda; 2. 31 3343-4800; 3. Belo Horizonte; 4. MG; 5. documentar@documentar.com.br; 6. www.documentar.com.br; 7. Rosália Paraiso Matta de Paula; 8. Integrador.

. DPR TELECOMUNICAÇÕES

1. DPR Telecomunicações Ltda.; 2. 11 3934-2000; 3. São Paulo; 4. SP; 5. dpr@dpr.com.br; 6. www.dpr.com.br; 7. Vander Luiz Stephanin; 8. Distribuidor

. DRIVE A INFORMÁTICA

1. DRIVE A Informática Ltda; 2. 31 2105 0350; 3. Belo Horizonte; 4. MG; 5. drivea@drivea.com.br; 6. www.drivea.com.br; 7. Renato Ferreira; 8. Integrador

. ECO SISTEMAS

1. Eco Sistemas - Empresa de Cons. e Org. em Sistemas e Editoração Ltda; 2. 21 2722-6050; 3. Niterói; 4. RJ; 5. comercial@ecosistemas.com.br; 6. www.ecosistemas.com.br; 7. Marco Aurelio Duarte Silva; 8. Desenvolvedor de Software

. SONDA UTILITIES

1. Elucid Solutions S/A; 2. 11 3156-3485; 3. São Paulo; 4. SP; 5. sondautilities@sondautilities.com.br; 6. www.sondautilities.com.br; 7. Rivaldo Ferreira; 8. Desenvolvedor de software.

. ELUMINI IT & BUSINESS CONSULTING

1. Inovatech Consulting S/A; 2. 21 3861-2700; 3. Rio de Janeiro; 4. RJ; 5. comunicacao@elumini.com.br; 6. www.elumini.com.br; 7. Genilson Maciel; 8. Prestador de Serviços

. EMBARCADERO DO BRASIL

1. Embarcadero Technologies; 2. 11-3741-5555; 4. São Paulo; 5. SP; 6. atendimento@embarcadero.com.br; 7. www.embarcadero.com.br; 8. Dornevilly Tertius; 9. Desenvolvedor de Software.

. EMBRATEL

1. Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A; 2. 61 2106-8291; 3. Brasília; 4. DF; 5. silviac@embratel.com.br; 6. www.embratel.com.br; 7. Maria Teresa Outeiro de Azevedo Lima; 8. Prestador de Serviços.

. EMC

1. EMC Computer Systems Brasil Ltda 2. 11 5185-8800; 3. São Paulo; 4. SP; 5. atendimento_brasil@emc.com; 6. www.brazil.emc.com; 7. Luiz Henrique Pessanha; 8. Fabricante de Hardware

. ENERSYSTEM

1. Enersystem do Brasil Ltda; 2. 11 2462-7533; 3. Guarulhos; 4. SP; 5. info@br.enersys.com; 6. www.enersystem.com; 7. Joselito Costa Conde; 8. Fabricante de Hardware.

. ENGEMON ENGENHARIA

1. Engemon Com e Serv Tecnicos Ltda; 2. 11 3474-6300; 3. São Paulo; 4. SP; 5. Jorge.berger@engemon.com.br; 6. www.engemon.com.br 7. Jorge Berger; 8. Integrador

. ENGESET

1. Engeset Engenharia e Serviços de Telecomunicações S/A; 2. 34 3218-6677; 3. Uberlândia; 4. MG; 5. comercial@engeset.com.br; 6. www.engeset.com.br; 7. Sérgio Rezende Garcia; 8. Prestador de serviços;

. ENGETRON

1. Engetron Engenharia Eletrônica Ind. Com. Ltda; 2. 31 3359-5800; 3. Contagem; 4. MG; 5. callcenter@engetron.com.br; 6. www.engetron.com.br; 7. Maria Helena Prado; 8. Fabricante de Hardware e Desenvolvedor de Software.

. ENTERASYS NETWORKS

1. Enterasys Networks do Brasil Ltda; 2. 11 5508-4600; 3. São Paulo; 4. SP; 5. www.enterasys.com; 8. Fabricante Hardware.

. EPSON

1. Epson Indústria e Comércio Ltda; 2. 11 3956-6800; 3. São Paulo; 4. SP; 5. imprensa@epson.com.br; 6. www.epson.com.br; 8. Fabricante de Hardware

. ERNST & YOUNG TERCO

1. Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda; 2. 61 2104-0100; 3. Brasília; 4. DF; 5. luciana.bianchini@br.ey.com; 6. www.ey.com; 7. Liliã Junqueira; 8. Prestador de Serviços

. EXCEDA

1. Edge Technologic; 2. 11 5188-8686; 3. São Paulo; 4. SP; 5. smiranda@exceda.com; 6. www.exceda.com; 7. Saulo Miranda; 8. Prestação de Serviços.

. FDM NETWORK CONSULTING

1. FDM Consultoria; 2. 11 3079-9686; 3. São Paulo; 4. SP; 5. fdm@fdmconsultoria.com.br; 6. www.fdmconsultoria.com.br; 7. Fabio Sidney Antonio; 8. Integrador, Revenda, Prestador de Serviços

. FF / E. ESTRATÉGIA PÚBLICA

1. E-estratégia Pública Consultoria Empresarial Ltda; 2. 11 3031-4688; 3. São Paulo; 4. SP; 5. florenca@e-estrategiapublica.com.br; 6. www.e-estrategiapublica.com.br; 7. Florenca Ferrer; 8. Prestador de Serviços.

. FD TECNOLOGIAS

1. First Decision Tecnologias Inovadoras e Informática Ltda; 2. 61 3361-5160; 3. Brasília; 4. DF; 5. vendas@firstdecision.com.br; 6. www.firstdecision.com.br; 7. Cristian Dedavid; 8. Revenda

. FIRST TECH

1. First Tech Tecnologia Ltda; 2. 11 3024-3200; 3. São Paulo; 4. SP; 5. bruna.silva@first-tech.com; 6. www.first-tech.com; 8. Integrador

. FIVE ACTS

1. FIVE ACTS Com. Assessoria, Cons e Treinamentos em Informática Ltda; 2. 61 3034-0555; 3. Brasília; 4. DF; 5. bruno.araujo@5acts.com.br; 6. www.5acts.com.br; 7. Bruno Araujo; 8. Revenda

. FÓTON INFORMÁTICA

1. Fóton Informática S/A; 2. 61 3533-0100; 3. Brasília; 4. DF; 5. vendas@foton.la; 6. www.foton.la; 7. Marcelo Malagutti; 8. Desenvolvedor de Software



. FURUKAWA

1. Furukawa Indl S/A Prods Eletrs; 2. 0800-412100; 3. São Paulo; 4. SP; 5. fisa@furukawa.com.br; 6. www.furukawa.com.br; 7. Hiroyuki Doi; 8. Fabricante de Hardware.

. GETRONICS

1. Getronics Ltda; 2. 11-2899-6000; 3. Barueri; 4. SP; 5. contrato.brasil@getronics-latam.com; 6. www.getronics-latam.com; 7. Osnei Gouveia; 8. Integrador

. G&F COMPUTER SYSTEMS

1. G&F Computer Systems Inform Ltda; 2. 19 3324-9013; 3. Campinas; 4. SP; 5. ana@gfsys.com.br; 6. www.gfsys.com.br; 7. Ana Paula Gama; 8. Desenvolvedor de Software, Distribuidor, Integrador, Prestador de Serviços e Revenda.

. GEMALTO

1. Gemalto do Brasil Cartões e Terminais Ltda ; 2. 11 5105-7600; 3. São Paulo; 4. SP; 5. monica.andrade@gemalto.com; 6. www.gemalto.com.br; 7. Amador Barros; 8. Desenvolvedor de Software

. GFS SOFTWARE

1. GFS Software e Consultoria Ltda; 2. 11 3504-4699; 3. São Paulo; 4. SP; 5. meire@gfs.com.br; 6. www.gfs.com.br; 7. Meire Franzin; 8. Desenvolvedor de Software.

. IT2B

1. IT2B Tecnologia e Serviços Ltda; 2. 11 3824-6800; 3. São Paulo; 4. SP; 5. licita@it2b.com.br; 6. www.it2b.com.br; 7. Jean Farias; 8. Integrador

. LEVEL 3

1. Level 3 Comunicações do Brasil Ltda;
2. 0800 771 4747; 3. São Paulo; 4. SP;
5. centralderelacionamento.brasil@level3.com;
6. www.level3.com; 7. Eder Bispo;
8. Prestador de Serviços

. GLOBALWEB CORP.

1. Global Web – Global Web Outsourcing do Brasil S/A; 2. 11 3304-3252; 3. São Paulo; 4. SP;
5. atendimento@globalweb.com.br;
6. www.globalweb.com.br;
7. Eric Silva de Araujo; 8. Prestador de Serviços

. GOLDNET

1. Goldnet TI S/A; 2. 11 4583-3166; 3. Jundiaí;
4. SP; 5. comercial@goldnet.com.br;
6. www.goldnet.com.br; 7. Márcio Barbero;
9. Integrador.

. GORILA COMUNICAÇÃO

1. Gorila Comunicação e Marketing Ltda – ME;
2. 71 3113-8770; 3. Salvador; 4. BA;
5. gerson@gori.la; 6. www.gori.la; 7. Gerson Souza;
8. Prestador de Serviços

. GRIAULE BIOMETRICS

1. Griaule Biometrics Ltda; 2. 19 3289-2108;
3. Campinas; 4. SP; 5. financeiro@griaule.com.br;
6. www.griaulebiometrics.com;
8. Desenvolvedor de Software

. ATTPS INFORMÁTICA

1. ATTPS Informática S/A; 2. 31 2102-4660;
3. Belo Horizonte; 4. MG;
5. marketing@attps.com.br;
6. www.attps.com.br;
7. Leonardo Hermeto Mendes;
8. Desenvolvedor de Software

. HISPAMAR SATÉLITES

1. Hispamar Satélites S/A; 2. 21 2555-4800;
3. Rio de Janeiro; 4. RJ;
5. contato@hispamar.com.br;
6. www.hispamar.com.br; 7. Sergio Chaves;
8. Prestador de Serviços

. HP / HEWLETT-PACKARD

1. Hewlett-Packard Brasil Ltda; 2. 11 5502-5000;
3. São Paulo; 4. SP; 6. www.hp.com.br;
8. Fabricante de Hardware

. HYLAND SOFTWARE

1. Hyland Software Brasil Ltda. - EPP;
2. 11 21 65-1440 3. São Paulo; 4. SP;
5. fatima.benedicto@hyland.com;
6. www.hyland.com.br; 7. Fatima Benedicto;
8. Desenvolvedor de Software

. ICARO TECHNOLOGIES

1. Icaro Technologies Serviços e Comércio Ltda;
2. 19 3731-8300; 3. Campinas; 4. SP;
5. sales@icarotech.com; 6. www.icarotech.com;
7. Laerte Sabino; 8. Integrador

. IMA

1. Informática de Municípios Associados S/A;
2. 19 3755-6601; 3. Campinas; 4. SP;
5. ribamar.carvalho@ima.sp.gov.br;
6. www.ima.sp.gov.br;
7. Ribamar de França Carvalho Filho;
8. Prestador de Serviços.

. IMAGEM

1. Imagem Geossistemas e Comércio Ltda;
2. 12 3946-8933; 3. São José dos Campos; 4. SP;
5. comercial@img.com.br; 6. www.img.com.br;
7. Manoel Ortiz;
8. Desenvolvedor de Software, Distribuidor,
Integrador e Prestador de Serviços.

. IMAGETEC

1. Image Technology S/A; 2. 11 3846-3190;
3. São Paulo; 4. SP;
5. luiz.ferreira@imagetec.com.br;
6. www.imagetec.com.br; 7. Roberto Hart;
8. Desenvolvedor de Software e Prestador de Serviços

. IMPACTA TECNOLOGIA

1. União Educacional e Tecnológica Impacta-Uni.
Impacta; 2. 11 3254-2230; 3. São Paulo; 4. SP;
5. celioa@impacta.com.br;
6. www.impacta.com.br; 7. Paulo Cesar Zamaro;
8. Prestador de Serviços

. IMPLY TECNOLOGIA ELETRÔNICA

1. Imply Tecnologia Eletrônica Ltda;
2. 51 2106-8000; 3. Santa Cruz do Sul; 4. RS;
5. imply@imply.com.br; 6. www.imply.com.br;
7. Tironi Paz Ortiz; 8. Prestador de Serviços

. IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

1. Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP;
2. 11 2799-9811; 3. São Paulo; 4. SP;
5. liliandias@imprensaoficial.com.br;
6. www.imprensaoficial.com.br;
8. Prestador de Serviços

. INATEL

1. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações;
2. 35 3471-9300;
3. Santa Rita do Sapucaí; 4. MG;
5. competencecenter@inatel.br;
6. www.inatel.br/ic; 7. Leandro Furtado Guerzoni;
8. Prestador de Serviços

. INDRA NO BRASIL

1. Indra Brasil Ltda; 2. 11 5186-3000; 3. São Paulo;
4. SP; 5. contato@indrabrasil.com.br;
6. www.indracompany.com; 7. Marcos Dib;
8. Desenvolvedor de Software

. INFOR

1. Infor do Brasil Softwares Ltda; 2. 11 5508-8800;
3. São Paulo; 4. SP;
5. info@infor.com info@infor.com;
6. http://brasil.infor.com;
7. Celso Pereira Tomé Rosa;
8. Desenvolvedor de Software; Distribuidor e
Prestador de Serviços.

. INFORMATICA CORPORATION

1. IS Informatica Software Ltda; 2. 11 3013-5446;
3. São Paulo; 4. SP; 5. infatam@informatica.com;
6. www.informatica.com.br; 7. Marci Barbosa;
8. Desenvolvedor de Software

. KPMG

1. KPMG Information Risk Management Ltda;
2. 11 2183-3000; 3. São Paulo; 4. SP;
5. marketing@kpmg.com.br;
6. www.kpmg.com/BR; 7. Frank Meylan;
8. Prestador de Serviços

. INFOTEC

1. Infotec Consultoria e Planejamento Ltda;
2. 21 2240-1300; 3. Rio de Janeiro; 4. RJ;
5. infotec@infotecbrasil.com.br;
6. www.infotecbrasil.com.br; 7. Bruno Ghiatã;
8. Prestador de Serviços

. INMETRO

1. Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e
Tecnologia; 2. 21 2563-2932; 3. Rio de Janeiro;
4. RJ; 5. sdias@inmetro.gov.br;
6. www.inmetro.gov.br; 7. Sandra Dias;
8. Prestador de Serviços

. INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS

1. Inteligência de Negócios Sistemas e Informática
Ltda; 2. 11 3034-0229; 3. São Paulo; 4. SP;
5. info@in1.com.br; 6. www.in1.com.br;
7. Roberto Guerra; 8. Distribuidor

. INTELBRAS

1. Intelbras S/A Indústria de Telecomunicação
Eletrônica Brasileira; 2. 47 3281-9500; 3. São José;
4. SC; 5. www.intelbras.com.br; 7. Rosilda Prates;
8. Fabricante de Hardware.

. INTERMEC

1. Intermec (South America) Ltda;
2. 35 3629-9000; 3. Itajubá; 4. MG;
5. comunicacao.br@intermec.com;
6. www.intermec.com.br; 7. Luiz Eng;
8. Fabricante de Hardware

. ISH TECNOLOGIA

1. ISH Tecnologia S/A; 2. 61 3029-8666; 3. Vitória;
4. ES; 5. comercial.df@ish.com.br;
6. www.ish.com.br; 7. Rodrigo Medeiros;
8. Integrador

. ISO ENTERPRISE

1. ISO Enterprise Informática Ltda;
2. 41 3342-9610; 3. Curitiba; 4. PR;
5. marcos@isoenterprise.com;
6. www.isoenterprise.com; 7. Marcos R. Gomes;
8. Desenvolvedor de Software, Integrador e Prestador
de Serviços.

. ITA

1. Instituto de Tecnologia Aplicada;
2. 31 3212-4310; 3. Belo Horizonte; 4. MG;
5. ita-2004@hotmail.com; 6. www.ita.plc.com.br;
7. Rita Cristina Vasconcelos Coelho;
8. Desenvolvedor de Software e Prestador de
Serviços.

. ITAUTEC

1. Itautec S.A. – Grupo Itautec; 2. 11 3543-3300;
3. São Paulo; 4. SP; 5. falecom@itautec.com;
6. www.itautec.com.br; 7. Roberto Saidon;

. ITC SERV

1. ITC Tecnologia e Engenharia; 2. 11 5105-7070
3. São Paulo; 4. SP; 5. itc@itcsp.com.br;
6. www.itcsp.com.br; 7. Roberto Ito; 8. Integrador

. JDSU

1. JDSU do Brasil Ltda; 2. 11 5503-3800;
3. São Paulo; 4. SP; 5. vendas.brasil@jdsu.com;
6. www.jdsu.com/brazil; 7. Luiz Eduardo Enne;
8. Fabricante de Hardware

. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais;
2. 31 3235-2300; 3. Belo Horizonte; 4. MG;
5. ti@jucemg.mg.gov.br;
6. www.jucemg.mg.gov.br; 7. Angela Pace;
8. Desenvolvedor de Software

. JUNIPER

1. Juniper Networks Brasil Ltda; 2. 11 3443-1468;
3. São Paulo; 4. SP; 5. latam@juniper.net;
6. www.juniper.net; 7. Fábio Melchert;
8. Fabricante de Hardware

. LACERDA SISTEMAS DE ENERGIA

1. Lacerda Sistemas de Energia Ltda;
2. 11 2147-9777; 3. Santo André; 4. SP;
5. rafael@lacerdasistemas.com.br;
6. www.lacerdasistemas.com.br;
7. Rafael Pedro Gapes;
8. Fabricante de Hardware e Prestador de Serviços.

. LANDESK

1. LANDesk Comércio de Software Brasil Ltda;
2. 11 2847 4556; 3. São Paulo; 4. SP;
5. paulo.costa@landesk.com;
6. www.landesk.com; 7. Paulo Costa;
8. Desenvolvedor de Software

. LATIN TECH

1. Latin Technology Distribuição Informática Ltda;
2. 11 4198-0524; 3. São Paulo; 4. SP;
5. isilva@latintech.com.br;
6. www.latintech.com.br;
7. Leandro Silva; 8. Integrador

. LENOVO

1. Lenovo Tecnologia Brasil Ltda;
2. 11 3336-5100; 3. São Paulo; 4. SP;
5. aliu@lenovo.com; 6. www.lenovo.com.br;
7. Francisco Julião; 8. Fabricante de Hardware

. LEUCOTRON TELECOM

1. Leucotron Equipamentos Ltda;
2. 35 3471-9500; 3. Santa Rita do Sapucaí;
4. MG; 5. rsouza@leucotron.com.br;
6. www.leucotron.com.br;
7. Roberto de Souza Júnior;
8. Fabricante de Hardware

. LEXMARK

1. Lexmark International do Brasil Ltda;
2. 11 3046-6200; 3. São Paulo; 4. SP;
5. vgoverno@lexmark.com;
6. www.lexmark.com.br;
8. Fabricante de Hardware e Revenda

. LIGHT INFOCON

1. Light Infocon Tecnologia S/A; 2. 83 3333-2388;
3. Campina Grande; 4. PB;
5. info@lightinfocon.com.br;
6. www.lightinfocon.com.br;
7. Reginaldo Pereira Lima;
8. Desenvolvedor de Software

. LIGHTBASE

1. LightBase Consultoria em Software Público Ltda;
2. 61 3347-1949; 3. Brasília; 4. DF;
5. info@lightbase.com.br;
6. www.lightbase.com.br; 7. Jairo Fonsêca;
8. Desenvolvedor de Software

1. Razão social da empresa
2. Telefone
3. Cidade

4. Estado
5. E-Mail
6. Home Page

7. Responsável pela área de governo
8. Principal atividade

. CGI

1. Logica America do Sul Soluções e Tecnologia Ltda;
2. 11 2165-3000; 3. São Paulo; 4. SP;
5. marketingbrcgi@cgi.com;
6. www.cgi.com;
8. Integrador e Prestador de Serviços

. MONTREAL

1. Montreal Informática M.I.; 2. 21 2291-6116;
3. Belo Horizonte; 4. BH;
5. julia.alves@montreal.com.br;
6. www.montreal.com.br; 7. Jefferson Brasil;
8. Integrador

. MCAFEE

1. McAfee do Brasil Comércio de Software Ltda;
2. 11 3711-8200; 3. São Paulo; 4. SP;
5. mcafee_brasil@mcafee.com;
6. www.mcafee.com/br; 7. Marcelo Menta;
8. Desenvolvedor de Software



. MAGNA SISTEMAS

1. Magna Sistemas Consultoria S/A;
2. 11 3069-2112; 3. São Paulo; 4. SP;
5. comercial@magnasistemas.com.br;
6. www.magnasistemas.com.br;
7. Adriano Dias; 8. Integrador



A +2X nasce da fusão de duas empresas experientes: uma Integração de Soluções de TI com ampla expertise em Segurança da Informação. A empresa é líder no governo, conta com equipe altamente certificada e destaca-se na oferta de Service Desk, ERP, Outsourcing, Segurança e Implementação de Soluções dos principais fabricantes de tecnologia. Acesse: www.mais2x.com

1. Maisdoisx Tecnologia em Dobro Ltda;
2. 11 3304-3221; 3. São Paulo; 4. SP;
5. paula.braga@mais2x.com; 6. www.mais2x.com;
7. Pedro Rondon; 8. Integrador

. MD BRASIL TELECOM

1. MD Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda;
2. 17 3344-7277; 3. Bebedouro; 4. SP;
5. mdbrasil@mdbrasil.com.br;
6. www.mdbrasil.com.br;
7. Daniela Moreira da Silva Maia;
8. Distribuidor, Integrador e Prestador de Serviços.

. MEDIDATA INFORMÁTICA

1. Medidata Informática S/A; 2. 11 5180-0300;
3. São Paulo; 4. SP;
5. marketing@medidata.com.br;
6. www.medidata.com.br;
7. José Fernando da Silva;
8. Distribuidor, Integrador e Prestador de Serviços

. MEMORA PROCESSOS INOVADORES

1. Memora Processos Inovadores Ltda;
2. 61 3963-0030; 3. Brasília; 4. DF;
5. jairo@memora.com.br; 6. www.memora.com.br;
7. Jairo Carvalho; 8. Integrador

. METASYS

1. Metasys Tecnologia S/A; 2. 31 3503-9040;
3. Belo Horizonte; 4. MG;
5. comercial@metasys.com.br;
6. www.metasys.com.br;
7. Carlos Alberto Senna de Lima;
8. Desenvolvedor de Software

. MICROCITY

1. Microcity Computadores e Sistemas Ltda;
2. 31 2125-4200; 3. Belo Horizonte; 4. MG;
5. microcity@microcity.com.br;
6. www.microcity.com.br;
7. Alessandra Fioravanti; 8. Integrador

. MICRO FOCUS

1. Borland Latin America Ltda;
2. 11 2165-8000; 3. São Paulo; 4. SP;
5. priscilla.braga@microfocus.com;
6. www.microfocus.com.br; 7. Priscilla Braga;
8. Prestador de Serviços

. MICROSTRATEGY

1. MicroStrategy Brasil Ltda; 2. 11 3044-4811;
3. São Paulo; 4. SP;
5. abranquinho@microstrategy.com;
6. www.microstrategy.com.br;
7. Alberto Branquinho;
8. Desenvolvedor de Software

. MORPHO

1. Morpho do Brasil S/A; 2. 11 2174-2450;
3. São Paulo; 4. SP; 5. info.br@morpho.com;
6. www.morpho.com/e-documents;
7. Marcelo Laranjeira; 8. Fabricante de Hardware

. MPS INFORMÁTICA

1. MPS Informática Ltda; 2. 41 2141-9500;
3. Curitiba; 4. PR; 5. mps@mps.com.br;
6. www.mps.com.br; 7. Luiz Carlos Furlan Filho;
8. Desenvolvedor de Software



. MTEL

1. Mtel Tecnologia S/A; 2. 11 4134-8000; 3. Barueri;
4. SP; 5. mtel@mtel.com.br; 6. www.mtel.com.br;
7. José Carlos Scheidt; 8. Prestador de Serviços

. MXT INDUSTRIAL

1. MXT Industrial Ltda; 2. 31 2108-8700;
3. Betim; 4. MG; 5. contato@mxt.com.br;
6. www.mxt.com.br; 8. Integrador



. NEC

1. NEC Latin America S/A; 2. 11 3151-7000
3. São Paulo; 4. SP; 5. marketing@nec.com.br;
6. www.nec.com.br; 7. Massato Takakuwa;
8. Integrador

. NET TELECOM

1. Net Telecom Informática Ltda. 2. 11 4123-2224;
3. São Bernardo do Campo; 4. SP;
5. eder@nettelecom.com.br;
6. www.nettelecom.com.br; 7. Eder Rodrigues;
8. Integrador, Prestador de Serviços e Revenda

. NETSOLUTIONS

1. Expemet Telemática Ltda; 2. 11 2167-0353;
3. São Paulo; 4. SP;
5. contato@netsolutions.com.br;
6. www.netsolutions.com.br; 7. Marcio Proença;
8. Integrador

. NETWORK1

1. Intersmart Com. Imp. e Exportação de Equipamentos Eletrônicos S/A; 2. 11 3049-0300;
3. São Paulo; 4. SP; 5. comercial@network1.com.br;
6. www.network1.com.br; 8. Distribuidor.

. NEXXERA

1. Nexxera Tecnologia e Serviços S/A;
2. 48 2106-5698; 3. Florianópolis; 4. SC;
5. relacionamento@nexxera.com;
6. www.nexxera.com; 7. Eduardo Canziani;
8. Integrador

. NONUS

1. D.O. Brasil Ind. e Com. de Comp. Eletr. Ltda;
2. 11 2344-0404; 3. São Paulo; 4. SP;
5. nonus@nonus.com.br; 6. www.nonus.com.br;
7. Marcos Canola; 8. Fabricante de Hardware.

. NWM ENGENHARIA, AUTOMAÇÃO E SISTEMAS

1. NWM Engenharia Eletrônica Ltda;
2. 41 3336-8448; 3. Curitiba; 4. PR;
5. atendimento@nwm-aut.com.br;
6. www.nwm-aut.com.br; 7. Robson Zanini;
8. Prestador de Serviços

OKI

A OKI é uma das principais marcas de soluções de impressão do mundo, com base instalada de mais de 30 milhões de equipamentos; a OKI oferece impressoras matriciais, impressoras e multifuncionais Laser/LED monocromáticas e Laser/LED em cores. Destaca-se por seu pioneirismo e por desenvolver tecnologias inovadoras, além, da preocupação com a sustentabilidade ambiental.

1. OKI Data do Brasil Informática Ltda;
2. 11 3444-3500; 3. São Paulo; 4. SP;
5. americo.ribeiro@okidata.com;
6. www.okiprintingsolutions.com.br;
7. Américo Ribeiro Neto;
8. Fabricante de Hardware e Revenda.

. ONSET TELECOM

1. Onset Telecom Assessoria e Consultoria em Telecomunicações Ltda; 2. 12 3797-6200;
3. São José dos Campos; 4. SP;
5. mauro@onset.com.br; 6. www.onset.com.br;
7. Mauro Eda; 8. Prestador de Serviços

. OPENTEXT

1. OpenText Brasil Comercio de Software Ltda;
2. 11 5054-8373; 3. São Paulo; 4. SP;
5. chenglen@opentext.com;
6. www.opentext.com.br; 7. Paulo Peres;
8. Desenvolvedor de Software

. ORACLE DO BRASIL

1. Orade do Brasil Sistemas Ltda; 2. 11 5189-1000;
3. São Paulo; 4. SP; 5. contato_br@oracle.com;
6. www.orade.com.br; 7. Gustavo Rabelo;
8. Desenvolvedor de Software, Fabricante de Hardware e Prestador de Serviços



P9 Tecnologia a excelência em soluções de TI, equipamentos e serviços com atendimento às reais necessidades dos governos federal, estadual e municipal. Possuímos equipe altamente qualificada e treinada. Com mais de sete anos de atuação no mercado público. Consulte-nos.

1. P9 Tecnologia Ltda; 2. 11 2369-2741;
3. São Paulo; 4. SP;
5. comercial@p9tecnologia.com.br;
6. www.p9tecnologia.com.br;
7. Marco A F P Peixoto; 8. Revenda

. PANDUIT

1. Panduit do Brasil Ltda; 2. 11 -3613-2353;
3. São Paulo; 4. SP; 5. info@panduit.com.br;
6. www.panduit.com; 7. Alexandre Freato;
8. Fabricante de Hardware e Prestador de Serviços

. PARADIGMA WBC

1. Paradigma Business Solutions S/A;
2. 48 2106-7800; 3. Florianópolis; 4. SC;
5. paradigma@pta.com.br;
6. www.paradigmabs.com.br;
7. Andréa Boudeville;
8. Desenvolvedor de Software

. PBTI Soluções

1. PBTI Soluções Ltda; 2. (61) 3348.9977;
3. Brasília; 4. DF; 6. pbt@pbti.com.br;
8. Integrador

. PENTAGO BRASIL

1. Pentago Consult Brasil Tecnologia e Negócios Ltda;
2. 27 3325-6828; 3. Vitória; 4. ES;
5. pentago@pentago.com.br;
6. www.pentago.com.br;
7. Ivan de Vargas Lopes Jr.;
8. Desenvolvedor de Software

. PIX

1. PIX Projetos em Informática Ltda;
2. 21 2527-0566; 3. Rio de Janeiro; 4. RJ;
5. comercial@pixsoft.com.br;
6. www.pixsoft.com.br; 7. Ilan Goldman;
8. Desenvolvedor de Software.

. PLUSOFT INFORMÁTICA

1. Plusoft Informática S/A; 2. 11 5091-2777;
3. São Paulo; 4. SP; 5. plusoft@plusoft.com.br;
6. www.plusoft.com.br;
8. Desenvolvedor de Software

. POLOTEC

1. Polotec Indústria e Comércio de Produtos
Eletrônicos Ltda; 2. 35 3471-7048;
3. Santa Rita do Sapucaí; 4. MG;
5. polotec@polotec.ind.br; 6. www.polotec.ind.br;
7. Richard Kuasne; 8. Fabricante de Hardware

. POSITIVO INFORMÁTICA

1. Positivo Informática S/A; 2. 41 3316-7500;
3. Curitiba; 4. PR; 5. eduardosch@positivo.com.br;
6. www.mundopositivo.com.br;
8. Fabricante de Hardware, Integrador e
Desenvolvedor de Software.

. PWC

1. PricewaterhouseCoopers Tecnologia da Informação
Ltda; 2. 61 2196-1800; 3. Brasília;
4. DF; 6. www.pwc.com.br; 7. Richard Dubois;
8. Prestador de Serviços

. PRIME INTERWAY

1. RB Code Indústria de Supr e Equip para Automação
Ltda; 2. 11 3027-1100; 3. Barueri;
4. SP; 5. governo@primeinterway.com.br;
6. www.primeinterway.com.br;
7. Marcelo Nadal; 8. Distribuidor

. PROCERGS

1. Cia de Processamento de Dados do Estado do Rio
Grande do Sul; 2. 51 3210-3100; 3. Porto Alegre; 4. RS;
5. procergs@procergs.rs.gov.br;
6. www.procergs.rs.gov.br;
8. Prestador de Serviços.

. PRODESAN

1. Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A;
2. 13 3229-8000; 3. Santos; 4. SP;
5. informatica@prodesan.com.br;
6. www.prodesan.com.br; 7. Odair Gonzalez;
8. Prestador de Serviços

. PRODESP

1. Cia de Processamento de Dados do Estado de São
Paulo; 2. 11 2845-6000; 3. Taboão da Serra; 4. SP;
5. prodesp@prodesp.sp.gov.br;
6. www.prodesp.sp.gov.br;
7. José Roberto Gentil Júnior;
8. Prestador de Serviços.

. PRODEST

1. Instituto de Tec da Informação e Comunicação do
Estado do Espírito Santo; 2. 27 3636-7151;
3. Vitória; 4. ES; 5. dipre@prodest.es.gov.br;
6. www.prodest.es.gov.br; 7. Victor Murad Filho;
8. Prestador de Serviços

. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

1. Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento; 2. 61 3080-9027; 3. Brasília;
4. DF; 5. juliana.santos@undp.org;
6. www.pnud.org.br; 7. Juliana Wenceslau;
8. Prestador de Serviços

. READSOFT

1. ReadSoft Brasil Ltda; 2. 11 3296-5350;
3. São Paulo; 4. SP; 5. Info-br@readsoft.com;
6. www.readsoft.com.br;
7. Nilson Santos e Edgard Pinheiro;
8. Desenvolvedor de Software

. RECOGNITION

1. Recognition Cia Brasileira de Automação Bancária;
2. 11 55084900; 3. São Paulo; 4. SP;
5. cdias@recognition.com.br;
6. www.recognition.com.br; 7. Cesar Dias;
8. Integrador

. REDISUL ENGENHARIA DE REDES

1. Redisul Informática Ltda; 2. 41 3201-2700;
3. 3262-3763; 4. Curitiba; 5. PR;
6. jorge@redisul.com.br; 7. www.redisul.com.br;
8. Jorge Luis Heller;
9. Integrador e Prestador de Serviços.

. RESOURCE IT SOLUTIONS

1. Resource Tecnologia e Informática Ltda;
2. 11 3748-6000; 3. 3748-6225; 4. São Paulo;
5. SP; 6. canalresource@resource.com.br;
7. www.resource.com.br;
8. Paulo Miguel dos Anjos;
9. Desenvolvedor de Software, Integrador e Prestador
de Serviços.

. SAP

1. SAP Brasil Ltda; 2. 11 5503-2400; 3. 5503-2316;
4. São Paulo; 5. SP; 6. info.brazil@sap.com;
7. www.sap.com.br; 8. Valdemir Marques;
9. Desenvolvedor de Software.

. SAS

1. SAS Institute Brasil Ltda; 2. 11 4501-5300;
3. São Paulo; 4. SP; 5. sasbrasilouvidoria@sas.com;
6. www.sas.com/brazil; 7. Victor Hugo Margraf;
8. Desenvolvedor de Software



. SCALA IT SOLUTIONS

1. Uztech Serviços de Informática Ltda;
2. 11 3217-7777; 4. São Paulo; 5. SP;
6. marketing@scalait.com; 7. www.scalait.com;
8. Angelo Labella; 9. Prestador de Serviços.

. SCI

1. SCITecnologia da Informação S/A;
2. 11 3704-9900; 3. 3704-9900; 4. São Paulo;
5. SP; 6. marketing@sciti.com.br;
7. www.sciti.com.br; 8. Bruno Thomaz;
9. Distribuidor, Prestador de Serviços e Revenda.

. SCOPUS TECNOLOGIA

1. Scopus Tecnologia Ltda; 2. 11 3909-3400;
3. 3904-1094; 4. São Paulo; 5. SP;
6. contato@scopus.com.br;
7. www.scopus.com.br; 8. Luiz Carlos Vieira;
9. Prestador de Serviços.

. SEADE

1. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados; 2.
11 3324-7251; 3. São Paulo;
4. SP; 5. sicseade@seade.gov.br;
6. www.seade.gov.br; 8. Prestador de Serviços

. SEAL TELECOM

1. Seal Telecom Comércio e Serviços de
Telecomunicações Ltda; 2. 11 3877-4000;
3. São Paulo; 4. SP; 5. contato@sealtelecom.com.br;
6. www.sealtelecom.com.br;
7. Alexandre Novakoski; 8. Integrador

. SENIOR SISTEMAS

1. Senior Sistemas S/A; 2. 47 3221-3370;
3. 3039-3723; 4. Blumenau; 5. SC;
6. crm@senior.com.br; 7. www.senior.com.br;
8. Hermínio Gastaldi;
9. Desenvolvedor de Software.

. SENSEDIA

1. DA Software e Serviços S/A; 2. 19 3705-5775;
3. Campinas; 4. SP; 5. sensedia@sensedia.com;
6. www.sensedia.com.br; 7. Kleber Bacili;
8. Prestador de Serviços.

. SERASA EXPERIAN

1. Serasa S/A; 2. 11 2847-9312; 3. São Paulo;
4. SP; 5. franciso.komatsu@br.experian.com;
6. www.serasaexperian.com.br;
7. Francisco komatsu; 8. Prestador de serviços

. SER HCM

1. SER Informática Ltda; 2. 19 3241-4997;
3. Campinas; 4. SP; 5. contato@serhcm.com;
6. www.serhcm.com; 7. Sérgio Falsarella Jr.;
8. Desenvolvedor de Software

. SERPRO

1. Serviço Federal de Processamento de Dados;
2. 11 2173-1148; 3. São Paulo; 4. SP;
5. marcia.coltro@serpro.gov.br;
6. www.serpro.gov.br; 8. Prestador de Serviços

. SERVNET

1. Servnet Serviços Especializados Ltda;
2. 11 2078-6060; 3. Barueri; 4. SP;
5. servnet@servnet.inf.br; 6. www.servnet.inf.br;
7. Mauricio Costa; 8. Revenda

. SG COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS - RDOIS IT SERVICES

1. SG Comércio Representações e Serviços Ltda;
2. 85 3459.4222; 3. Fortaleza; 4. CE;
5. ronaldst@rdoisitservices.com.br;
6. www.rdoisitservices.com.br;
7. Manoel Ronald Studart Guimarães;
8. Prestador de Serviços e Revenda.

. SCHNEIDER ELECTRIC

1. Schneider Electric Brasil Ltda; 2. 11 4689-8600;
3. São Paulo; 4. SP;
5. call.center@br.schneider-electric.com;
6. www.schneider-electric.com.br;
7. Anderson Furtado; 8. Fabricante de Hardware



O Setor Infrastructure & Cities da Siemens, com aproximadamente 87.000 colaboradores, oferece tecnologias sustentáveis para áreas metropolitanas e suas infraestruturas, que incluem soluções integradas de mobilidade, tecnologia predial e de segurança, distribuição de energia, água e gás, aplicativos para redes inteligentes, e produtos de baixa e média tensão. Para mais informações, visite <http://www.siemens.com/infrastructure-cities>

1. SIEMENS Ltda; 2. 11 4585-2000; 3. Jundiaí;
4. SP; 5. atendimento.br@siemens.com;
6. www.siemens.com.br; 7. Thiago Renda;
8. Desenvolvedor de Software e Fabricante de Hardware

. SIMPRESS

1. Simpress Comércio Locação e Serviços S/A;
2. 11 3238-9400; 3. São Paulo; 4. SP;
5. contato@simpress.com.br;
6. www.simpress.com.br;
7. Antonio Roberto Milani;
8. Distribuidor e Prestador de Serviços.

. SISGRAPH

1. Sisgraph Ltda. 2. 11 3889-2000; 3. São Paulo;
4. SP; 5. mkt@sisgraph.com.br;
6. www.sisgraph.com.br;
7. Fernando Schmiegelow;
8. Desenvolvedor de Software

. SMS

1. SMS Tecnologia Eletrônica Ltda;
2. 11 4075-7069; 3. Diadema; 4. SP;
5. atendimento@sms.com.br; 6. www.sms.com.br;
7. Marcel Reno; 8. Fabricante de Hardware

. SND

1. SND Distribuição de Produtos de Informática S/A;
2. 11 2187-8333; 3. Barueri 4. SP;
5. snd@snd.com.br; 6. www.snd.com.br;
7. Marcelo Soares; 8. Distribuidor

1. Razão social da empresa
2. Telefone
3. Cidade

4. Estado
5. E-Mail
6. Home Page

7. Responsável pela área de governo
8. Principal atividade

. SOFTWARE AG

1. Software AG Brasil Informática e Serviços Ltda;
2. 11 2899-6600; 3. São Paulo; 4. SP;
5. infobrasil@softwareag.com;
6. www.softwareag.com.br; 7. Marcelo Bergamo;
8. Desenvolvedor de Software

. SOFTEPERT

1. SoftExpert Software S/A; 2. 47 2101-9900;
3. Joinville; 4. SC; 5. contaspúblicas@softexpert.com;
6. www.softexpert.com.br; 7. Sibelle Brand Siems;
8. Desenvolvedor de Software.

. SOFTPLAN

1. Softplan Planejamento e Sistemas Ltda;
2. 48 3027-8000; 3. Florianópolis; 4. SC;
5. marketing@softplan.com.br;
6. www.softplan.com.br; 7. Ilson Stabile;
8. Desenvolvimento de Software

. SOFTEK DO BRASIL

1. Softtek Tecnologia da Informação Ltda;
2. 11 5182-4339; 3. São Paulo; 4. SP;
5. info.brasil@softtek.com; 6. www.softtek.com;
7. João Gomes; 8. Integrador

. SOLUÇÃO SE

1. Solução Serviços Especializados Ltda;
2. 61 3033-3535; 3. Brasília; 4. DF;
5. comercial@solucaose.com.br;
6. www.solucaose.com.br; 7. Bruno Ferreira;
8. Prestador de serviços

. SOPHO BUSINESS COMMUNICATIONS

1. SOPHO Business Communications – Soluções Empresariais Ltda; 2. 11-2124-2110; 3. São Paulo;
4. SP; 5. marco.sborgi@sopho.com.br;
6. www.sopho.com.br; 7. Marco Sborgi;
8. Integrador e Prestador de Serviços.



Com 29 anos de atuação no mercado de TIC, a Spread é uma das maiores provedoras e integradoras em Sistemas, Redes & Telecom e Serviços Gerenciados. Possui ampla experiência nos setores de Governo, Finanças, Telecom, Indústria, Varejo e Saúde e conta com mais de 2500 colaboradores e 12 filiais.

1. Spread Teleinformática Ltda; 2. 11 3874-6000;
3. São Paulo; 4. SP; 5. marketing@spread.com.br;
6. www.spread.com.br; 7. Fernando Brito Barros;
8. Desenvolvedor de Software; Integrador; Prestador de Serviços

. STEFANINI

1. Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A; 2. 11 99635-4550; 3. São Paulo;
4. SP; 5. fjulio@stefanini.com;
6. www.stefanini.com; 7. Flavio Júlio;
8. Desenvolvedor de Software e Integrador

. SUMUS INFORMÁTICA

1. Sumus Informática e Comércio Ltda;
2. 11 2847-1811; 3. São Paulo; 4. SP;
5. cristina@sumus.com.br;
6. www.sumus.com.br; 7. Cristina Kohler;
8. Desenvolvedor de Software e Prestador de Serviços.

. SYMMETRY

1. Symmetry Comércio de Máquinas Ltda;
2. 11 3095-4900; 3. São Paulo; 4. SP;
5. vendas@symmetry.com.br;
6. www.symmetry.com.br; 7. Jacob Feldman;
8. Integrador

. SYNOPSIS BRASIL

1. Synopsis Brasil S/A; 2. 21 2707-9500; 3. Niterói;
4. RJ; 5. comercial@synopsis-it.com;
6. www.synopsis-it.com;
7. Eduardo Ruiz Alonso;
8. Desenvolvedor de Software, Integrador e Prestador de Serviços

. SYMANTEC BRASIL

1. Symantec do Brasil - Comércio de Software Ltda; 2. 11 5189-6200; 3. São Paulo; 4. SP;
5. canal_smb@symantec.com;
6. www.symantec.com.br; 7. Moreno Goes;
8. Desenvolvedor de Software

. TAITELL TELECOM

1. Taitell Telecom Indústria e Comércio Ltda;
2. 11 5687-6988; 3. São Paulo; 4. SP;
5. comercial@taitell.com.br;
6. www.taitell.com.br; 7. Angela Panizza;
8. Integrador

. TECH SUPPLY

1. Technology Supply Informática Comércio Importação e Exportação Ltda; 2. 11 3284-0711;
3. São Paulo; 4. SP;
5. comercial.tech@techsupply.com.br;
6. www.techsupply.com.br; 7. Gilda Manetti;
8. Integrador, Distribuidor e Prestador de Serviços

. TECHNE

1. Techne Engenharia e Sistemas Ltda;
2. 11 2149-9200; 3. São Paulo; 4. SP;
5. fbarreto@techne.com.br;
6. www.techne.com.br; 7. Fabio Barreto;
8. Desenvolvedor de Software.

. TECNOSET

1. TecnoSet Informática Produtos e Serviços Ltda;
2. 11 2808-7800; 3. São Paulo; 4. SP;
5. tecnoset@tecnoset.com.br;
6. www.tecnoset.com.br; 7. Paulo Fodor;
8. Prestador de Serviços

. TELEFÔNICA VIVO

1. Telefônica Brasil; 2. 11 3430-7020; 3. São Paulo;
4. SP; 5. imprensa@telefonica.com.br;
6. www.telefonica.com.br;
7. Fausto Luiz Martins Pires Junior;
8. Prestador de Serviços

. TELETIX 360° IT SOLUTIONS

1. Teletix Computadores e Sistemas Ltda;
2. 41 2169-7777; 3. Curitiba; 4. Paraná;
5. comercial@teletix.com.br;
6. www.teletix.com.br; 7. Marcos Secco;
8. Integrador de Soluções

. TERADATA

1. TRDT Brasil Ltda; 2. 11 3040-3444; 3. São Paulo;
4. SP; 5. marketing.cla@teradata.com;
6. http://www.teradata.com/languagesnav.aspx?id=2048; 7. Carlos Bokor;
8. Desenvolvedor de Software, Fabricante de Hardware

. TRANSIT TELECOM

1. Transit do Brasil S/A; 2. 11 3511-0200;
3. São Paulo; 4. SP; 5. sac@transitbrasil.com.br;
6. www.transitbrasil.com.br;
7. Mauricio Martin Signorelli;
8. Prestador de Serviços

. TRIAD M1

1. Triad M1 Gestão de Telecomunicações Ltda;
2. 11 4119-2100; 3. Barueri; 4. SP;
5. triadm1@triadm1.com.br;
6. www.triadm1.com.br;
7. Harith Taha Mohamed Hussain;
8. Prestador de Serviços

. TS SHARA

1. TS Shara Tecnologia de Sistemas Ltda;
2. 11 2018-6000; 3. São Paulo; 4. SP;
5. jamil@tsshara.com.br; 6. www.tsshara.com.br;
7. Jamil Mouallem;
8. Fabricante de Hardware e Integrador.

. 3CORP TECHNOLOGY

1. 3CORP Technology S/A Infraestrutura de Telecom;
2. 24 3388-3422; 3. Resende;
4. Rio de Janeiro; 5. marketing@3corp.com.br;
6. www.3corp.com.br; 7. Lourinaldo Silva;
8. Integrador

. TRÓPICO

1. Trópico Sistemas e Telecomunicações da Amazônia Ltda.; 2. 19 3707-3495; 3. Campinas;
4. SP; 5. tropico@tropiconet.com;
6. www.tropiconet.com; 7. José Camiel;
8. Desenvolvedor de Software

. UNESP

1. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; 2. 11 5627-0452; 3. São Paulo;
4. SP; 5. secgeral@reitoria.unesp.br;
6. www.unesp.br; 8. Prestador de Serviços

. UNITECH-RIO

1. UNITECH-RIO Comércio e Serviços Ltda;
2. 21 2122-0979; 3. Rio de Janeiro; 4. RJ;
5. unitech-rio@unitech-rio.com.br;
6. www.unitech-rio.com.br; 7. Claudio Almeida;
8. Integrador

. UOL DIVEO

1. UOL Diveo S/A; 2. 11 3092-6784; 3. São Paulo;
4. SP; 5. jgebara@uoldiveo.com;
6. www.uoldiveo.com; 7. Jane Moreirão Gebara;
8. Prestador de Serviços

. URMET DARUMA

1. Daruma Telecomunicações e Informática;
2. 11 3146-4900; 3. São Paulo; 4. SP;
5. w.sousa@daruma.com.br;
6. www.daruma.com.br; 7. Mário Alves;
8. Fabricante de Hardware

. UTAH NETWORKS

1. Techday Consultoria e Desenvolvimento Ltda;
2. 11 5842-3459; 3. São Paulo; 4. SP;
5. contato@utah.com.br; 6. www.utah.com.br;
7. Fábio Pires; 8. Prestador de Serviços

. VIAW

1. Viaw Consultoria Ltda; 2. 11 2894-0222;
3. São Paulo; 4. SP; 5. contato@viaw.com.br;
6. www.viaw.com.br; 7. Nelson Patricio Reis;
8. Prestador de Serviços

. VOXAGE SERVIÇOS INTERATIVOS

1. VoxAge Teleinformática Ltda; 2. 11 2103-6500;
3. São Paulo; 4. SP; 5. comercial@voxage.com.br;
6. www.voxage.com.br; 7. Ronald Constantine;
8. Prestador de Serviços, Integrador, Desenvolvedor de Software.

. WEBAULA

1. Webaula Produtos e Serviços para Educação S/A;
2. 31 2129-0550; 3. Belo Horizonte;
4. Minas Gerais; 5. administrativo@webaula.com.br;
6. www.webaula.com.br; 7. Luciana Muniz;
8. Prestador de Serviços

. WESTCON BRASIL

1. Westcon Brasil Ltda; 2. 11 5186-4333;
3. São Paulo; 4. SP; 5. vendas.br@westcon.com;
6. http://br.westcon.com/; 8. Distribuidor

. XEROX DO BRASIL

1. Xerox Comércio e Indústria Ltda;
2. 21 4009-1212; 3. Rio de Janeiro; 4. RJ;
5. rafael.veras@xerox.com; 6. www.xerox.com.br;
7. Rafael Veras; 8. Fabricante de Hardware e Prestador de Serviços.

. YKP

1. YKP Consultoria e Sistemas Ltda;
2. 11 2165-6900; 3. São Paulo; 4. SP;
5. marketing@ykp.com.br; 6. www.ykp.com.br;
8. Integrador; Prestador de Serviços;

. ZCR INFORMÁTICA

1. ZCR Informática Ltda; 2. 71 3612-8500;
3. Salvador; 4. BA; 5. comercial@zcr.com.br;
6. www.zcr.com.br; 7. Ruben Delgado;
8. Desenvolvedor de Software, Integrador e Prestador de Serviços.

. ZIVA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES

1. Ziva Tecnologia e Soluções Ltda;
2. 3365-0410; 3. São Paulo; 4. SP;
5. comercial@ziva.com.br; 6. www.ziva.com.br;
7. José Cunha Júnior; 8. Integrador